



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Deputado Aníbal Khury

REQUERIMENTO

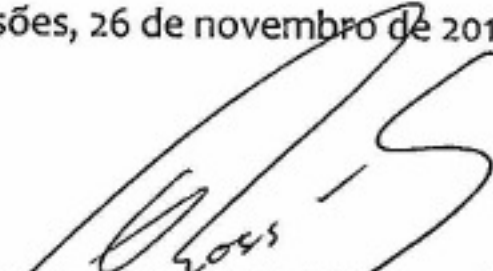


SÚMULA: Requer **antecipação** da Sessão Ordinária do dia 28 de novembro (quarta-feira), para o dia 27 de novembro, logo após a Sessão Ordinária de terça-feira (27 de novembro).

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, após ouvido o Soberano Plenário a **ANTECIPAÇÃO** da Sessão Ordinária do dia 28 de novembro (quarta-feira) para o dia 27 de novembro, logo após a Sessão Ordinária de terça-feira (27 de novembro), com a diminuição do interstício.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2012.


Deputado Valdir Rossoni
Presidente



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 662/11

Dispõe sobre o prazo para envio de cobrança por parte das empresas públicas e privadas situadas no Estado do Paraná.

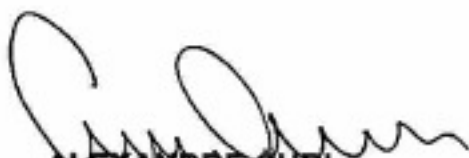
Art. 1º As empresas públicas e privadas situadas no Estado do Paraná que efetuem cobrança originadas de relação de consumo e por via postal, ficam obrigadas a efetuar sua postagem com antecedência mínima de dez dias da data de seu vencimento, bem como de enviar a cobrança por outro meio, caso disponha de tal informação.

Art. 2º As penalidades aplicáveis em caso de infração ao disposto nesta Lei serão aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Art. 3º Caso julgue necessário, o Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 873/11

Dispõe sobre o controle ético da população de cães e gatos no Estado do Paraná.

Art. 1º Fica vedado, no âmbito do Estado do Paraná, o extermínio de cães e gatos para fins de controle de população.

Art. 2º Esta Lei institui o controle ético da população de cães e gatos no âmbito do Estado do Paraná, contemplando o seguinte:

- I – identificação e registro;
- II – esterilização;
- III – adoção;
- IV - controle de criadouros;
- V – campanhas educativas em guarda responsável.

Art. 3º A identificação e registro consistem em procedimentos para se reconhecer o animal, sua origem e características, sejam eles cães ou gatos.

§ 1º As informações para identificação e registro do animal deverão ser fornecidas pelo seu responsável ou por quem o tutela quando se tratar de autoridades municipais.

§ 2º Caberá aos proprietários de criadouros a identificação e registro dos animais que estejam sob a sua responsabilidade.

§ 3º As informações a que se refere o § 1º deste artigo, constarão de banco de dados do órgão municipal responsável pelo controle ético da população de cães e gatos.

§ 4º As empresas que comercializam ou que venham a intermediar as adoções de cães e gatos, no âmbito do Estado do Paraná, deverão exigir no ato da compra ou da adoção, o preenchimento de termo de responsabilidade pela pessoa que se responsabilizará pelo animal, nos termos do Anexo Único desta Lei.

§ 5º O descumprimento do disposto no § 4º deste artigo implicará em infração apurada pelo órgão de meio ambiente local, que deverá lavrar auto de infração, resguardados os preceitos constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Art. 4º A esterilização deve ser autorizada pelo responsável pelo animal e se não for possível a identificação do responsável, a autorização será expedida pela autoridade máxima municipal responsável pelo controle ético da população de cães e gatos.

Parágrafo único. Os procedimentos para a esterilização deverão utilizar meios e técnicas que causem o menor sofrimento aos animais, com a devida comprovação científica, nos termos das normas e resoluções dos Conselhos Estadual e Federal de Medicina Veterinária.

Art. 5º A eutanásia somente será permitida nos casos em que seja necessária para alívio do próprio animal que se encontre gravemente enfermo, em situação tida como irreversível.

Parágrafo único. Para que se efetive a eutanásia, será necessário o laudo assinado pelo médico veterinário do órgão responsável pela gestão do controle das populações de cães e gatos, precedido de exame laboratorial e outros exames complementares que se fizerem necessários, assegurando a aplicação de método que garanta uma morte sem sofrimento para o animal, nos termos da legislação vigente.

Art. 6º O recolhimento de animais, quando necessário, observará procedimentos éticos de cuidados gerais, de transporte e de averiguação da existência de um responsável ou de cuidador em sua comunidade.

Art. 7º O animal reconhecido como comunitário será recolhido, esterilizado, identificado, registrado e devolvido à comunidade de origem.

Art. 8º Para efeito desta Lei considera-se:

I – animal comunitário: aquele que estabelece com a comunidade em que vive laços de dependência e de manutenção, ainda que não possua responsável único e definido;

II – cuidador: membro da comunidade em que vive o animal comunitário e que estabelece laços de cuidados com o mesmo.

Art. 9º Os animais recolhidos pelo órgão responsável pela gestão de populações de cães e gatos, encaminhados para canis públicos e/ou estabelecimentos oficiais congêneres, permanecerão por sete dias úteis à disposição de seus responsáveis, oportunidade em que serão obrigatoriamente esterilizados, desde que sejam comprovadas boas condições de saúde.

§ 1º Vencido o prazo previsto no *caput* deste artigo os animais não resgatados pelos seus responsáveis serão disponibilizados para adoção.

§ 2º Não serão permitidas as adoções de animais sem o correspondente registro, identificação e esterilização.

§ 3º Animais em situação aparente de maus-tratos não deverão ser devolvidos aos seus responsáveis, devendo ser incluídos diretamente nos programas de adoção.

Art. 10. Para efetivação desta Lei, o Poder Executivo local viabilizará as seguintes ações:

I – destinação de local adequado para a manutenção e exposição dos animais disponibilizados para adoção, onde serão separados conforme critério de compleição física, idade e comportamento;

II – campanhas que sensibilizem o público da necessidade da adoção de animais abandonados, de esterilização, de vacinação periódica e de que maus tratos e abandono, pelo padecimento infligido ao animal, configuram práticas de crime ambiental;

III – orientação técnica aos adotantes e ao público em geral para atitudes de guarda responsável de animais, visando atender às suas necessidades físicas, psicológicas e ambientais.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2012.




ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 934/11

Dispõe sobre a ampla divulgação da cláusula de escusa ou objeção de consciência à experimentação animal, nos Colégios e Universidades do Estado do Paraná.

Art. 1º A cláusula de escusa de consciência à experimentação animal, estabelecida pela Constituição Federal e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, deverá ser divulgada de forma explícita e clara, para todos os alunos e funcionários das Universidades e Colégios do Estado do Paraná.

§ 1º Entre os alunos das Universidades a que se refere o art. 1º desta Lei incluem-se os da graduação, mestrado e doutorado.

§ 2º Os cidadãos que, por obediência à consciência, no exercício do direito às liberdades de pensamento, crença ou religião, se opõem à violência contra todos os seres vivos, podem declarar sua objeção de consciência referente a cada ato conexo à experimentação animal.

Art. 2º A informação a que se refere o art. 1º desta Lei poderá ser feita através de cartazes nas Universidades e Colégios, e pela informação dos orientadores da atividade, de forma a que confirme a ciência de todos.

Art. 3º As Universidades deverão estipular como facultativa a frequência às práticas nas quais estejam previstas atividades de experimentação animal, sem qualquer prejuízo da avaliação acadêmica do aluno.

Art. 4º Os funcionários do estabelecimento que fizerem uso da objeção de consciência não poderão sofrer qualquer supressão ou desconto no salário, bem como diferencial perante os demais funcionários que não a fizerem.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 5º No âmbito dos cursos, deverão ser previstas, a partir do início do ano acadêmico sucessivo à data de vigência da presente Lei, modalidades alternativas de ensino que não prevejam atividades ou intervenções de experimentação animal, a fim de estimular a progressiva substituição do uso de animais.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2012.

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi.

ALEXANDRE CURI

PRESIDENTE

Assinatura manuscrita do relator.

RELATOR

Assinatura manuscrita não identificada.

Assinatura manuscrita não identificada.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 071/12

Normatiza a obrigatoriedade de sinalização luminosa nas caçambas de entulhos utilizadas em vias públicas.

Art. 1º Fica obrigada a sinalização luminosa nas caçambas de entulhos utilizadas em vias públicas, em todos os municípios do Estado do Paraná.

§ 1º No período noturno as caçambas deverão conter a sinalização através de adesivos fosforescentes, em tamanho de proporção tal que possa refletir a luz de veículos, para serem alertados quanto ao perigo de obstáculo estacionado.

§ 2º Poderá ser utilizado sistema de sinalização elétrica ou luminosa em cores vivas que permita a visibilidade pelos veículos que transitam por vias públicas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2012.

ALEXANDRE CURI

PRESIDENTE

RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 108/12

Altera a denominação da entidade
declarada de Utilidade Pública
conforme Lei nº 13.682/02.

Art. 1º Fica alterada, nos termos da Lei, para "Associação Recanto Parque Iguaçu", a denominação da entidade constante no art. 1º da Lei nº 13.682, de 9 de julho de 2002.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2012.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

 
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

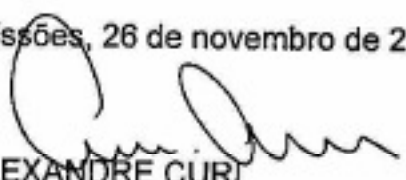
Redação Final ao Projeto de Lei nº 406/12

Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Dia da Igreja Evangélica Avivamento Bíblico, a ser celebrado anualmente no dia 07 de setembro.

Art. 1º Fica instituído no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Dia da Igreja Evangélica Avivamento Bíblico, a ser celebrado anualmente no dia 07 de setembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2012.


ALEXANDRE CURI

PRESIDENTE


RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 474/12

Declara de Utilidade Pública a Sociedade Rural de Sarandi, com sede e foro no Município de Sarandi.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Rural de Sarandi, com sede e foro no Município de Sarandi.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2012.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 492/12

Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2013.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decreta

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2013, compreendendo:

- I - os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;
- II - o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

SEÇÃO II

DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º A Receita Total apresenta a previsão da Receita Bruta, no montante de R\$ 41.750.520.790,00 (quarenta e um bilhões, setecentos e cinquenta milhões, quinhentos e vinte mil, setecentos e noventa reais), e as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, no valor de R\$ 3.713.653.440,00 (três bilhões, setecentos e treze milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e quarenta reais), ficando a despesa fixada no montante da Receita Líquida prevista em R\$ 38.036.867.350,00 (trinta e oito bilhões, trinta e seis milhões oitocentos e sessenta e sete mil, trezentos e cinquenta reais).



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

Parágrafo único. A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos e o ingresso de Outras Receitas Correntes e de Capital, conforme dispõe o art. 45 da Lei nº 17.219, 09 de julho de 2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias-2013) e a Legislação Estadual nas especificações do Anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

EM R\$ 1,00

1	RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO BRUTAS	R\$	36.646.672.410
1.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	33.260.324.620
1.2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	3.386.347.790
2.	RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO LÍQUIDAS	R\$	32.933.018.970
2.1.	RECEITAS CORRENTES – BRUTA	R\$	33.260.324.620
2.2.	DEDUÇÕES PARA O FUNDEB (-)	R\$	3.713.653.440
2.3.	RECEITAS CORRENTES – LÍQUIDAS PARA A FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$	29.546.671.180
2.4.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	3.386.347.790
3.	RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, ÓRGÃOS DE REGIME ESPECIAL, FUNDOS, EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DEPENDENTES (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIAS DO TESOUREO ESTADUAL)	R\$	2.381.490.340
3.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	1.985.739.840
3.2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	395.750.500
4.	RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, PARA O ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIAS DO TESOUREO ESTADUAL)	R\$	2.722.358.040
4.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	1.875.317.260
4.2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	847.040.780
5.	TOTAL DA RECEITA BRUTA	R\$	41.750.520.790
6.	TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA PARA FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$	38.036.867.350
6.1	RECEITAS CORRENTES – BRUTA	R\$	37.121.381.720
1.2	DEDUÇÕES PARA O FUNDEB (-)	R\$	3.713.653.440
1.3	RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS PARA FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$	33.407.728.280
1.4	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	4.629.139.070



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

Art. 3º A previsão de Receitas do Tesouro inclui os efeitos financeiros da alteração na legislação tributária, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º As despesas condicionadas à aprovação da respectiva alteração na legislação são identificadas por fonte específica nos Quadros de Detalhamento de Despesa.

§ 2º Na estimativa da Receita foram excluídos os valores referentes ao diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos aos contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o art. 14, inciso I da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

SEÇÃO III
DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, discriminados no Anexo III, estimam a Receita Líquida em R\$ 35.314.509.310,00 (trinta e cinco bilhões, trezentos e quatorze milhões, quinhentos e nove mil, trezentos e dez reais), e fixam a Despesa em igual valor.

Art. 5º O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, compreendendo as Receitas Próprias e as Receitas de Transferências do Estado, está estimado em R\$ 3.346.410.240,00 (três bilhões, trezentos e quarenta e seis milhões, quatrocentos e dez mil, duzentos e quarenta reais), com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta Lei.

Art. 6º Os Resumos dos Demonstrativos da Despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de Outras Fontes, constam do Anexo II, integrante desta Lei.

Art. 7º As despesas referentes ao pagamento da Dívida Pública Externa e Interna constam do Anexo III desta Lei, especificadas pelas dotações:



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

3101.28843999.083 – Encargos Gerais da Dívida Pública Interna e
3101.28844999.084 – Encargos Gerais da Dívida Pública Externa.

Art. 8º A Reserva de Contingência consta do Anexo III desta Lei, na dotação 2501.99999999.900 – Reserva de Contingência, no montante de R\$ 68.930.510,00 (sessenta e oito milhões, novecentos e trinta mil, quinhentos e dez reais),

Art. 9º O Programa de Obras custeado com recursos do Tesouro e de Outras Fontes está detalhado no Anexo V desta Lei.

Art. 10. O Anexo de Vinculações de que trata o art. 18, inciso VIII, da Lei nº 17.219/12 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013, está apresentado no Anexo VI desta Lei.

SEÇÃO IV

DAS CORREÇÕES DOS ORÇAMENTOS

Art. 11. Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado, estabelecidos a preços de 30 de junho de 2012, serão atualizados antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2012, de acordo com o estabelecido no art. 6º da Lei nº 17.219/12.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, até vinte dias após a correção a que se refere o *caput* deste artigo, as informações sobre o índice utilizado e os valores dos totais por Órgãos, Unidades Orçamentárias e Projetos/Atividades/Operações Especiais.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

§ 2º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado, mais as Transferências Federais.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder trimestralmente, a correção dos valores dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária dando ciência à Assembleia Legislativa.

§ 1º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado, mais as transferências federais.

§ 2º Os valores decorrentes da aplicação do *caput* deste artigo poderão ser centralizados, em seu todo ou em parte, na Reserva de Contingência, e o retorno para as programações, mediante créditos suplementares, não será computado nas autorizações especificadas no art. 13 desta Lei.

§ 3º No prazo de quinze dias após as correções, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo os percentuais utilizados na aplicação deste artigo.

SEÇÃO V

DAS AUTORIZAÇÕES PARA ABERTURA DE CRÉDITOS E AJUSTES DE GRUPO DE FONTES, DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO E OBRAS

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado no que lhe cabe a:

I - abrir créditos suplementares para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, com o pagamento da Dívida Pública, com as Transferências Constitucionais aos Municípios, com Sentenças Judiciais e PASEP, utilizando como



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

recurso as formas previstas no § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - abrir créditos suplementares até o limite de 2% (dois por cento), decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de Convênios, de Fontes Vinculadas e de Receitas Próprias das Unidades da Administração Indireta, para aplicação em programas aprovados por esta Lei, utilizando como recurso as formas previstas no § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64;

III - abrir créditos suplementares, nos termos dos incisos I, II, III e IV do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, para cumprimento de Convênios, Acordos Nacionais e com Agentes Financeiros Internacionais, não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como limite o valor anual dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados;

IV - abrir créditos suplementares até o limite de 5% (cinco por cento), do valor global da receita fixada para o exercício de 2013, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, de acordo com o disposto no art. 38 da Lei nº 17.219/12 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2013;

V - proceder até o limite de 10% (dez por cento) das dotações definidas neste Orçamento, a compensação, conversão ou criação de Grupos de Fontes e de Fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/ Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei. Não serão computados neste limite os créditos suplementares abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo;

VI - alterar as Modalidades de Aplicação, definidas neste Orçamento, por ato da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei;



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

VII - Alterar o Programa de Obras, orçado nesta Lei em nível de Projetos/ Atividades Orçamentárias, até o limite de 10% (dez por cento) por Unidades Orçamentárias, custeado com Recursos do Tesouro e de Outras Fontes, desde que tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base nos incisos I, II, III e IV deste artigo.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais necessários à implantação do Fundo Estadual de Cultura, se for alterado o art. 230 da Constituição Estadual.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais necessários à implementação do Fundo Estadual do Idoso, após a revisão de sua legislação.

Art. 16. Ficam os Poderes Legislativo e Judiciário, a Defensoria Pública e o Ministério Público autorizados a procederem ajustes nos seus Orçamentos, nos termos da Lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Art. 17. Fica automaticamente ajustado o Anexo de Vinculações, em decorrência das alterações orçamentárias procedidas com base nas autorizações contidas nesta Lei.

Art. 18. O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembleia Legislativa, até o décimo quinto dia do encerramento de cada trimestre, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do art. 13 desta Lei.

Art. 19. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelo Estado de Santa Catarina e pelos Municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP), dos quais o Estado do Paraná é portador.



SEÇÃO VI

DAS CENTRALIZAÇÕES DE RECURSOS

Art. 20. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à centralização das dotações orçamentárias alocadas em diversos programas, com a finalidade de atender à aplicação mínima de recursos em função de determinações constitucionais, ou fixadas em outras legislações, e ainda, atender às situações decorrentes da otimização administrativa, em especial as referidas nos arts. 63, 64 e 65 da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, bem como, proceder as suas eventuais descentralizações.

Art. 21. Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar recursos do Fundo Paraná, mediante a abertura de atividades específicas, através de respectivos créditos adicionais, desde que tal descentralização seja previamente autorizada pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

Art. 22. Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar os recursos dos Programas Especiais, orçados nesta Lei na Administração Geral do Estado – Recursos Sob Supervisão da SEPL, mediante a abertura de projetos específicos nas Unidades Orçamentárias executoras, por meio de créditos especiais, por ocasião da formalização dos contratos de acordo com o parágrafo único do art. 48 da Lei nº 17.219/12.

SEÇÃO VII

DA EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

Art. 23. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do Título VI, Capítulo I, da Lei Federal nº 4.320/64, atendendo somente às disposições constitucionais dos arts. 100 e 97 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, inserido pela Emenda Constitucional nº 62, em relação às Receitas Tributárias, definidas no Anexo I desta Lei.

8



SEÇÃO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24. A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de vinte dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa do Estado os Quadros de Detalhamento de Despesa especificando por Projetos/Atividades/Operações Especiais, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores na forma do disposto no art. 11 desta Lei.

Art. 25. Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de Órgãos e/ou Unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta Lei.

Art. 26. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais no Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta e no Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, decorrentes de transformações aprovadas por Lei.

Art. 27. O saldo financeiro, incluindo sua remuneração, verificado em 31.12.2012, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado, impreterivelmente, até 31.01.2013.

Art. 28. As Unidades Orçamentárias da Administração Indireta, do Poder Executivo, compreendendo as Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas Dependentes e Fundos, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até trinta dias após o encerramento do Balanço Geral do Estado de 2012, 80% (oitenta por cento) dos respectivos Superávits Financeiros apurados em seus Balanços Patrimoniais do exercício de 2012, conforme disposto no art. 36 da Lei nº 17.219/12.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

§ 1º Ficam excluídas das exigências do contido no *caput* deste artigo as seguintes Unidades Orçamentárias: Instituições de Ensino Superior vinculadas à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Fundos Estaduais e a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA.

§ 2º Os recursos obtidos em decorrência da aplicação do disposto no *caput* deste artigo, cuja origem seja de recursos vinculados, deverão ser utilizados em ações prioritárias do Governo Estadual, no Órgão da vinculação de origem, com exceção do disposto no § 1º deste artigo.

Art. 29. Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, repassados ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER, para cumprimento da programação apresentada no Anexo III desta Lei, ficam excluídos da exigência contida no art. 6º da Lei nº 7.811, de 29 de dezembro de 1983, publicada no Diário Oficial do Estado de 30 de dezembro de 1983.

Art. 30. Os recursos destinados à execução de ações voltadas à área da saúde estão alocados na Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde, de acordo com as determinações contidas na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000 e demais normas vigentes.

Art. 31. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento de 2013 a cargo da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, Programa Gestão de Projetos, Restauração e Construção de Obras do Sistema Multimodal de Transporte – DER, projeto/atividade 4305, o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para construção do contorno norte - trecho BR-158 (Coronel Vivida) PR-158 (Vitorino), BR-158/PR-493-Independência-Vitorino (trevo), no Município de Pato Branco, extensão de 21.300 km, utilizando como fonte de recursos o cancelamento o mesmo valor na dotação 2501.99999999.900, fonte 107.



10



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

Art. 32. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2013, na programação da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, dotação 5560.08243174.221 – Proteção Integral à Criança e ao Adolescente, reforço de dotação orçamentária para preservação e recuperação de toxicômanos e alcoólatras e subvenção de institutos e entidades de combate às drogas, o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 33. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2013, o valor de R\$ 1.968.800,00 (um milhão, novecentos e sessenta e oito mil e oitocentos reais) para manutenção do escritório do CODESUL - Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul, proveniente do excesso de arrecadação da receita de impostos ou Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 34. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento de 2013, reforço de dotação para a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, o valor de R\$ 31.196.984,00 (trinta e um milhões, cento e noventa e seis mil e novecentos e oitenta e quatro reais) proveniente do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 35. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento de 2013, reforço de dotação para a Secretaria de Estado do Turismo, o valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 36. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2013, na programação da Casa Civil, dotação 1381.17511214.802 - Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR - Saneamento Rural, reforço de dotação para Saneamento Rural, o valor de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 37. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2013, na programação da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, reforço de dotação para aplicar na estrutura do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC), o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 38. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias antes da execução orçamentária, no orçamento de 2013, na Programação da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - Gabinete do Secretário, projeto atividade 4032; Natureza de Despesa 45906100 - Fonte 147 o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Utilizando como fonte de recursos para cancelamento o mesmo valor, natureza de despesa 44503500 - Fonte 147.

Art. 39. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias antes da execução orçamentária, no orçamento de 2013, na Programação da Administração Geral do Estado - Recursos sob supervisão da SEPL - Programações Especiais, Regionais e Multisetoriais, projeto atividade 3015; Natureza de Despesa 45906100 - Fonte 142, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil

12



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

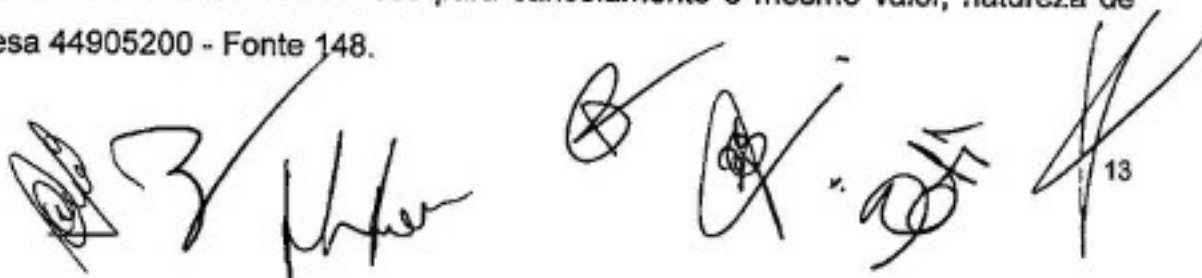
reais). Utilizando como fonte de recursos para cancelamento o mesmo valor, natureza de despesa 44903900 - Fonte 142.

Art. 40. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias antes da execução orçamentária, no orçamento de 2013, na Programação da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – Diretoria Geral, projeto atividade 4042; Natureza de Despesa 45906100 - Fonte 142, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Utilizando como fonte de recursos para cancelamento o mesmo valor, natureza de despesa 44905200 - Fonte 142.

Art. 41. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias antes da execução orçamentária, no orçamento de 2013, na Programação da Secretaria de Estado da Fazenda – Fundo de Reequipamento do Fisco - FUNREFISCO, projeto atividade 4055; Natureza de Despesa 45906100 - Fonte 128, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Utilizando como fonte de recursos para cancelamento o mesmo valor, natureza de despesa 44905200 - Fonte 128.

Art. 42. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias antes da execução orçamentária, no orçamento de 2013, na Programação da Secretaria de Estado da Saúde – Fundo Estadual de Saúde - FUNSAUDE, projeto atividade 4163; Natureza de Despesa 45906100 - Fonte 100, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Utilizando como fonte de recursos para cancelamento o mesmo valor, natureza de despesa 44905200 - Fonte 100.

Art. 43. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias antes da execução orçamentária, no orçamento de 2013, na Programação da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - Departamento de Execução Penal - DEPEN, projeto atividade 4183; Natureza de Despesa 45906100 - Fonte 148, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Utilizando como fonte de recursos para cancelamento o mesmo valor, natureza de despesa 44905200 - Fonte 148.



13



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

Art. 44. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias antes da execução orçamentária, no orçamento de 2013, na Programação da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – Diretoria Geral, projeto atividade 4214; Natureza de Despesa 45906100 - Fonte 109, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Utilizando como fonte de recursos para cancelamento o mesmo valor, natureza de despesa 44905200 - Fonte 109.

Art. 45. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias antes da execução orçamentária, no orçamento de 2013, na Programação da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – Departamento de Estradas de Rodagem - DER, projeto atividade 4305; Natureza de Despesa 45906100 - Fonte 104, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Utilizando como fonte de recursos para cancelamento o mesmo valor, natureza de despesa 44903900 - Fonte 104.

Art. 46. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias antes da execução orçamentária, no orçamento de 2013, na Programação da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, projeto atividade 4312; Natureza de Despesa 45906100 - Fonte 258, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Utilizando como fonte de recursos para cancelamento o mesmo valor, natureza de despesa 44905200 - Fonte 258.

Art. 47. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias antes da execução orçamentária, no orçamento de 2013, para incorporar no Orçamento da Procuradoria Geral do Estado, Unidade 1901 – Procuradoria Geral do Estado, atividade 1901.03092404.028 – Representação Judicial e Extrajudicial e Gestão Administrativa, o elemento 4490.51 – Obras e Instalações, referentes à obra 01 – Reforma da Sede da procuradoria Geral do Estado, no valor de R\$ 182.340,00 (cento e oitenta e dois mil, trezentos e quarenta reais), com cancelamento de recursos da mesma atividade, sendo R\$ 91.170,00



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

(noventa e um mil, cento e setenta reais) do subelemento de despesa 3390.14 – Diárias – Pessoal Civil e o restante do subelemento de despesa 3390.33 – Passagens e Despesas de Locomoção.

Art. 48. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2013, na programação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, reforço de dotação orçamentária para aquisição de calcário, objetivando o manejo e correção do solo, o valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 49. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2013, na programação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, dotação 650220601044.257 – Políticas de Apoio a Agricultura Familiar, reforço de dotação orçamentária para calçamento de pedras irregulares de Estradas Rurais do Estado, o valor de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 50. Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para consignar, no Orçamento do exercício de 2013, recursos no valor de R\$ 270.666.000,00 (duzentos e setenta milhões, seiscentos e sessenta e seis mil reais), para atendimento das programações estabelecidas no Anexo X desta Lei, utilizando como recursos o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2012, efetivada durante o exercício de 2013, bem como do excesso de arrecadação da receita com impostos, conforme disposto no inciso II, § 1º, art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.



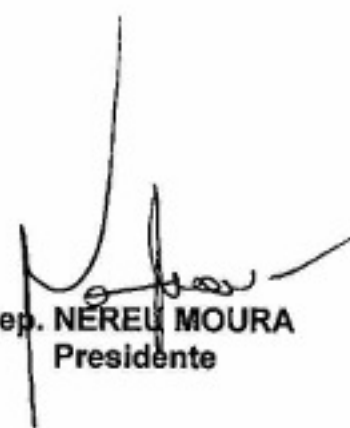
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

Art. 51. Passam a integrar a presente Lei os Anexos VII, VIII, IX e X.


Parágrafo único. As alterações decorrentes dos Anexos VII e VIII deverão ser implementadas no prazo de trinta dias, a partir da sua publicação.

Art. 52. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2013.





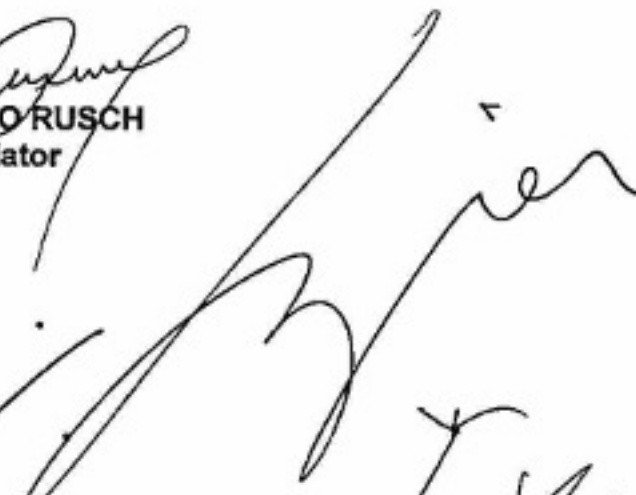



Sala das Sessões, em 27 de novembro de 2012.



Dep. NEREU MOURA
Presidente



Dep. ELIO RUSCH
Relator





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

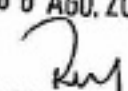
D. L.

Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº 614...../2011

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 08 AGO. 2011


1º Secretário

Súmula: Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL E EDUCACIONAL O BOM PASTOR, com sede na cidade de São João - Pr.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Assistência Social e Educacional O Bom Pastor, com sede na cidade de São João, estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, em 08 de agosto de 2011.

CANTORA MARA LIMA

Deputada Estadual



JUSTIFICATIVA

A Associação de Assistência Social e Educacional O Bom Pastor – SASEBP, tem sua sede na Rua Iguaçu, nº 1.159, na cidade de São João, no estado do Paraná, tendo sido fundada no de 26 de novembro de 2004, sendo pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Trata-se de uma entidade com o objetivo de se dedicar a programas sociais de atendimento às crianças, adolescentes, jovens e adultos, inclusive idosos, assegurando-lhes alimentação, saúde, educação, lazer e cultura. Desenvolve trabalhos relativos a solidariedade humana, fraternidade e justiça social, programas que tenham por finalidade proteção à família, à infância, à maternidade, à adolescência, à juventude, à velhice; programas de integração ao mercado de trabalho, cursos profissionalizantes; programas da pré-escola, escolas de 1º, 2º e 3º graus e programas de desenvolvimento de artes, esportes e lazer, anexando os documentos exigidos pela lei. Seu CNPJ é nº 07.130.060/0001-78. No seu artigo 13º, está implícito que a diretoria não pode ser remunerada. Nem receber benefícios de qualquer natureza, conforme determina a lei. Desta forma peço o apoio dos demais parlamentares para a tramitação e aprovação da mesma.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 614/2011

Projeto de Lei nº. 614/2011

Autora: Deputada Estadual Cantora Mara Lima

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL O BOM PASTOR**, com sede no Município de São João e foro no Município de Chopinzinho.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Estadual Cantora Mara Lima, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL O BOM PASTOR**, com sede no Município de São João e foro no Município de Chopinzinho, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente entidade é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a assistência social, educação, e cultura, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
49
§

no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.


No entanto, tendo em vista que o foro correto da Associação que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual é a Comarca de São João, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com fulcro no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

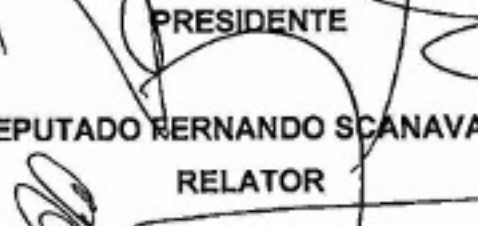
Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

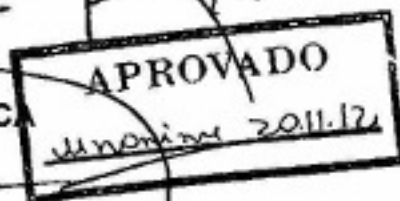
CONCLUSÃO

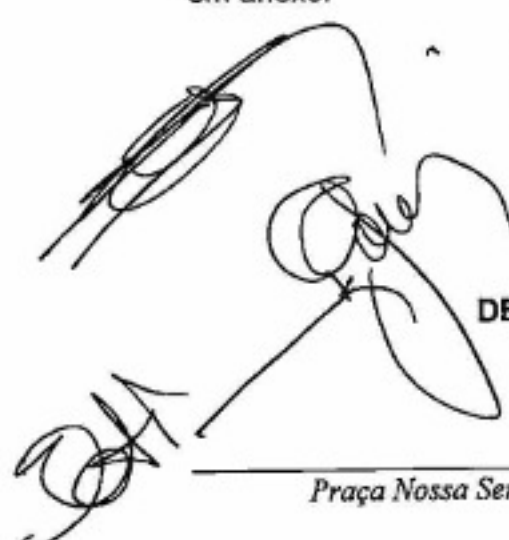
Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR




Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

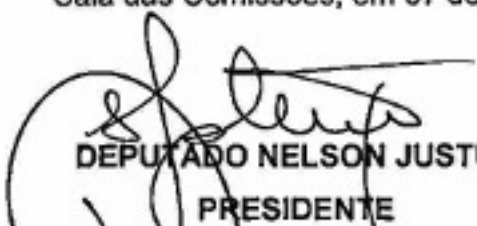


EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 614/11






De acordo com o que determinam os artigos 29 e 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, fica modificado o artigo 1º do Projeto de Lei nº 614/11, passando a contar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Assistência Social e Educacional O Bom Pastor, com sede e foro no Município de São João, Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR






Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

20.10.12



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 02
p.

Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

PROJETO DE LEI Nº 698/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 29 AGO. 2011

1º Secretário

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Rede de Turismo Regional (RETUR), com sede e foro no município de Maringá.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Rede de Turismo Regional (RETUR), com sede e foro no município de Maringá, Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29 de Agosto de 2011.


DOUGLAS FABRÍCIO
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 03

Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

Justificativa

A Rede de Turismo Regional (RETUR) fundada em 30.05.2003 é uma associação sem fins lucrativos, de caráter social, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira.

Dentre os principais objetivos da rede, destacam-se: a meta de trabalhar elos de cadeia turística numa promissora escala de negócios do Turismo, valorizar a cultura regional atuando com eventos gastronômicos, na produção de artesanatos e na agroecologia industrial além de atuar pela educação, preservação ambiental em sintonia com a geração de oportunidades de trabalho e renda e captar turistas e comercializar serviços de lazer e viagens em parceria com empreendimentos da cadeia turística regional oferecendo excelência nos serviços através da qualificação profissional dos envolvidos.

A RETUR inscrita no CNPJ - Cadastro Nacional de Personalidade Jurídica sob nº 05.759.641/0001-48, é merecedora em ser considerada por Lei, como Entidade de Utilidade Pública do Estado do Paraná, pelo que, solicitamos apoio e aprovação das Senhoras e Senhores Deputados da Assembleia Legislativa.


DOUGLAS FABRÍCIO
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 698/2011

Projeto de Lei nº. 698/2011

Autor: Deputado Estadual Douglas Fabrício

*Súmula: Declara de Utilidade Pública a **Rede de Turismo Regional (RETUR)**, com sede e foro no Município de Maringá.*

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Douglas Fabrício, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Rede de Turismo Regional (RETUR)**, com sede e foro no Município de Maringá-PR.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça;

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre;

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a educação e saúde, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

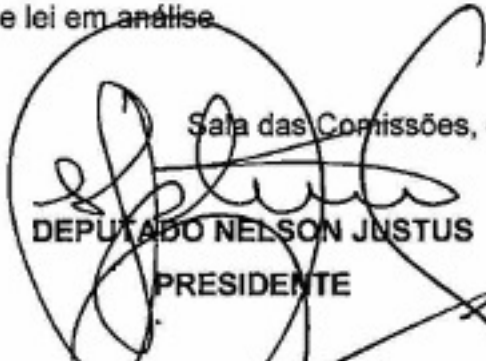
Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 20 de 11 de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR

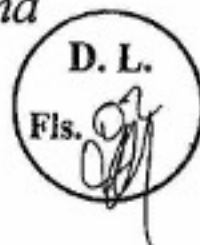
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

Minerine 20.11.12



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 31 OUT, 2011

Kuy
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 864/2011

Súmula: Declara de Utilidade a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Moreira Sales, com sede no Município de Moreira Sales.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE MOREIRA SALES, com sede no Município de Moreira Sales - PR, foro e comarca de Goioerê - PR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2011.

ANIBELLI NETO
Deputado Estadual

15336 31/10/2011 20:05:36 DT 15336110 1101510104 00 1000000



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



JUSTIFICATIVA

A Associação Comunitária De Desenvolvimento Cultural E Artístico De Moreira Sales é responsável pela administração da "Rádio Lara FM", uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 07/06/2001.

Presta serviços à comunidade de Moreira Sales veiculando em sua grade de programação mensagens de apelo social, como por exemplo campanhas ligadas ao Greenpeace - Brasil, de conscientização ao combate a dengue, de combate à desnutrição infantil, de conscientização contra as drogas e sobre a preservação do meio-ambiente, além de organizar a pastoral da criança, participar da Santa Casa de Campo Morão em campanhas para doação de órgãos e prestar serviços de utilidade pública diversos, tudo de forma gratuita.

Diante do exposto, certo do caráter beneficente em que se enquadra tal instituição, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2011.



ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 864/2011

Projeto de Lei nº. 864/2011

Autor: Deputado Estadual Anibelli Neto

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Moreira Sales**, com sede no Município de Moreira Sales.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Anibelli Neto, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Moreira Sales**, com sede no Município de Moreira Sales e foro na Comarca de Goioerê, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente entidade é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a cultura, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

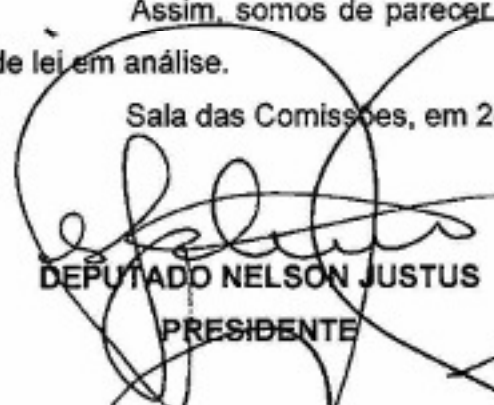
Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.


Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



CONCLUSÃO

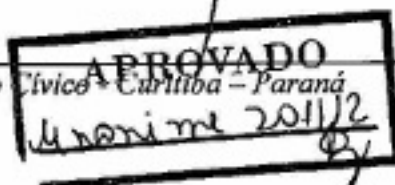
Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

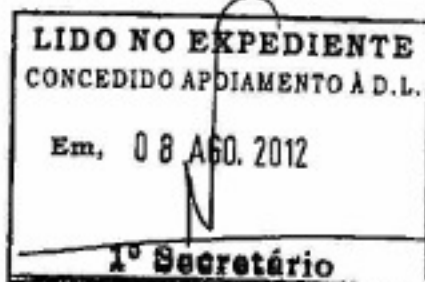




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

STEPHANES JUNIOR
Deputado Estadual



PROJETO DE LEI Nº


399/12

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação ÍCARO MARCOLIN, com sede em Curitiba - PR.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública Estadual a Associação Ícaro Marcolin, com sede e foro no Município de Curitiba no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 8 de agosto de 2012.


STEPHANES JUNIOR
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Associação Ítalo Marcolin, constitui-se em organização da sociedade civil de interesse público, pessoa jurídica de direito privado, de natureza associativa, beneficente e sem fins econômicos, tem os seguintes objetivos institucionais:

Objetivos sociais e sua finalidade:

Contribuir para inclusão social, tendo como ponto de partida a prática esportiva.

Os projetos desenvolvidos têm como fim:

- a) Atuar na complementação da formação de crianças e adolescentes, majoritária e preferencialmente em situação de vulnerabilidade social, de baixa renda e estudantes da rede pública, incluindo acompanhamento escolar, alimentação, saúde e outros, de forma a apoiar o desenvolvimento da criança e do adolescente;
- b) Elaborar, desenvolver e apoiar projetos baseados na prática de esporte;
- c) Promover atividades esportivas em favor da comunidade;
- d) Estabelecer parcerias e intercâmbios com outras instituições;
- e) Aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

Pelo interesse social que a matéria aqui elencada exige, solicito aos nobres Pares deste Legislativo o relevante apoio ao presente projeto.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 399/2012



Projeto de Lei nº. 399/2012

Autor: Deputado Estadual Stephanes Junior

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Ícaro Marcolin, com sede e foro no Município de Curitiba.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Stephanes Junior, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a *Associação Ícaro Marcolin*, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

- IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.



Sala das Comissões, em 11 de 12 de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA

RELATOR



APROVADO

unanimemente 20.11

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 27 AGO. 2012

[Assinatura]
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 446/12 DE 2012

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Vila Diva com sede e foro no Município de Rio Azul no Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decreta:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Vila Diva com sede e foro no Município de Rio Azul no Estado do Paraná.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de maio de 2012.

[Assinatura de Valdir Rossoni]
VALDIR ROSSONI
Deputado Estadual

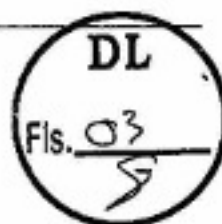
[Assinatura de Rose Lira]
ROSE "LIRA"

[Assinatura de Manoel de Almeida]
Manoel de Almeida

[Assinatura de Dep. Secretário]
Dep. Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



JUSTIFICATIVA

A Associação dos Moradores da Vila Diva com sede e foro no Município de Rio Azul no Estado do Paraná foi fundada em 12 de dezembro de 2008. Tal Associação é uma entidade sem fins lucrativos, e desenvolve atividades para incentivar a participação dos moradores, buscando fortalecer os seus direitos e o exercício da cidadania.

Busca também encontrar soluções para garantir e popularizar o acesso à alfabetização

Tais atividades vêm sendo exercidas pela Associação nos últimos 03 (três) anos com primazia, razão pela qual se justifica a presente proposição.


Deputado VALDIR ROSSONI



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 446/2012



Projeto de Lei nº. 446/2012

Autor: Deputado Estadual Valdir Rossoni

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Vila Diva, com sede e foro no Município de Rio Azul.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Associação dos Moradores da Vila Diva**, com sede e foro no Município de Rio Azul, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a cultura, educação, esporte, meio ambiente e pesquisa, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Contudo, o Município de Rio Azul pertence a Comarca de Rebouças, tornando-se necessária a Emenda Modificativa para correção do foro da Entidade.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o artigo 2º do projeto de lei ora analisado viola a LEI COMPLEMENTAR 98/95, tendo em vista que tal artigo determina que a Lei “entrará em vigor na data de publicação”, senão vejamos:

Art. 8º A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula “entra em vigor na data de sua publicação” para as leis de pequena repercussão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assim, sugere-se na **Emenda Modificativa** em anexo, com fulcro no artigo 137, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, visando sanar estes vícios supracitados.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA**.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 10 de 12 de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR

APROVADO

unanimidade 20.11.12



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 446/12


Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

"Sumula: Declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Vila Diva, com sede no Município de Rio Azul e foro no Município de Rebouças".



"Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Vila Diva, com sede no Município de Rio Azul e foro no Município de Rebouças, no Estado do Paraná".

"Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação".

Sala das Comissões, em 10 de 11 de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



APROVADO

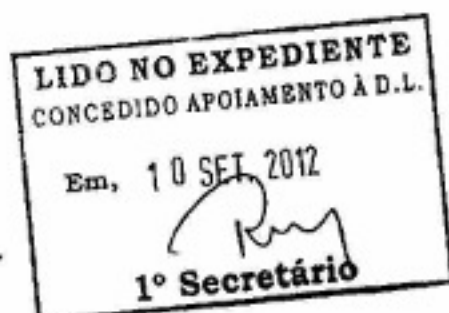
Memorime 20.11.12



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior

PROJETO DE LEI Nº

473/12



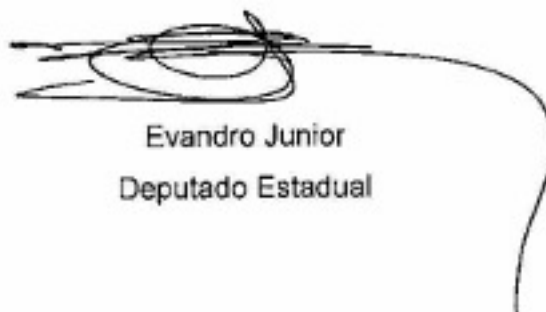
Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação Kara Te Vida, da cidade de Apucarana.

Decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a **Associação Kara Te Vida** com sede e foro na Cidade de Apucarana, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2012.



Evandro Junior
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Júnior



Justificativa:

O referido projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Kara Te Vida, localizado na cidade Apucarana-Pr. Ressalta-se a importância desta sociedade por ser de fins não lucrativos, tendo por finalidade a melhoria da comunidade local através do esporte.

O Projeto Kara Te Vida iniciou suas atividades com 30 crianças e adolescentes que participavam duas vezes por semana das aulas. Hoje são mais de 300 praticando esporte. As crianças e adolescentes não pagam pelas aulas, precisando somente corresponder com boas notas e freqüentar regularmente as aulas, desta forma torna-se um incentivo para que os alunos freqüentem a escola, e pratiquem esporte.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 473/2012

Projeto de Lei nº. 473/2012

Autor: Deputado Estadual Evandro Junior

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação Karate Vida, com sede e foro no Município de Apucarana.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Evandro Junior, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Associação Karate Vida**, com sede e foro no Município de Apucarana, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade esporte, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I -- pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II -- que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 7)

seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 20 de 11 de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

assinado em 20.11.12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 11 SET, 2012

1º Secretário

Projeto de Lei nº

480/2012

DL
Fls. 02

Súmula: Denomina trecho de rodovia conforme especifica.

Art. 1º - Denomina Rodovia Adolfo Garcia o trecho da Rodovia PR 489 compreendido entre o trevo da Rodovia PR 485 até o Distrito de Porto Figueira.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 2012.

Deputado **FERNANDO SCANAVAGA**
Líder do PDT

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo prestar singela homenagem ao Sr. Adolfo Garcia, pai do deputado estadual Nelson Garcia que representa a cidade de Umuarama e região nesta Casa de Leis.

O Sr. Adolfo Garcia nasceu no dia 09 de outubro de 1931 e faleceu no dia 27 de junho de 1985, portanto há 17 anos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 480/12

Projeto de Lei nº 480/12

Autor: Deputado Fernando Scanavaca

Súmula: *Denomina Rodovia Adolfo Garcia o trecho da PR 489, compreendido entre o trevo da Rodovia PR 485 até o Distrito de Porto Figueira.*

EMENTA: NOMINA TRECHO DE RODOVIA PR 489 DE RODOLFO GARCIA - REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ ART. 33 - A, I. - CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ARTIGOS 65 E 238 - NOMINAÇÃO INEXISTENTE OFÍCIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM CONSTITUCIONALIDADE - PARECER FAVORÁVEL.

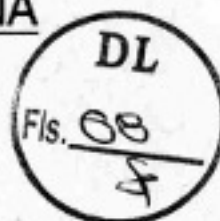
PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, visa denominar de Adolfo Garcia o Trecho da Rodovia PR 489 compreendido entre a Entrada da PR 485 (Alto Paraíso) e a Entrada da PR 685 (Porto Figueira).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete a Comissão de Constituição e Justiça, em Consonância ao disposto no Artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada, vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal n. 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. Constituição Federal:

O Artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, determina que cabe a qualquer membro da Assembleia Legislativa a competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Quanto à matéria do Projeto em análise, o artigo 238 da **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, estabelece que é vedada a alteração de nomes do patrimônio Público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da Administração pública direta, indireta ou fundacional o Estado, a partir da promulgação desta Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



Além disso, a LEI ESTADUAL Nº 8761/88 também veda em seu artigo 1º. A alteração dos próprios públicos estaduais, vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais, que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme Ofício da Secretaria Estadual de Infra Estrutura e Logística – Departamento de Estradas de Rodagem – Gabinete do Diretor Geral anexado ao presente projeto, não encontramos óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na LEI COMPLEMENTAR Nº 9598, que dispõe sobre a técnica legislativa.

CONCLUSÃO:

Uma vez que a propositura encontra-se devidamente baseada na legislação e estadual, é inegável concluir quanto à legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei do Eminentíssimo Deputado Estadual Fernando Scanavaca, Razão pela qual opinamos pela sua **APROVAÇÃO**.

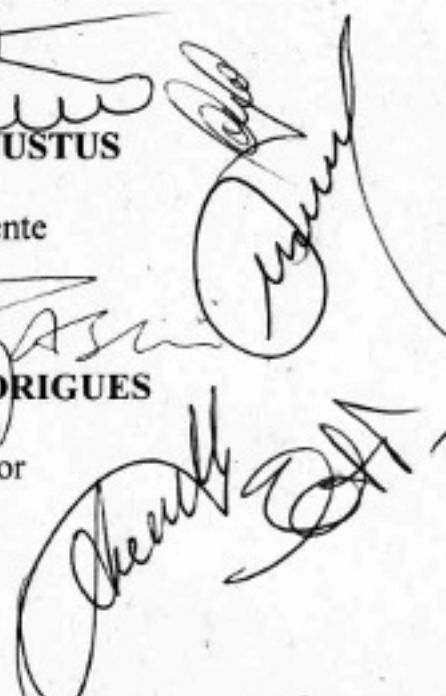

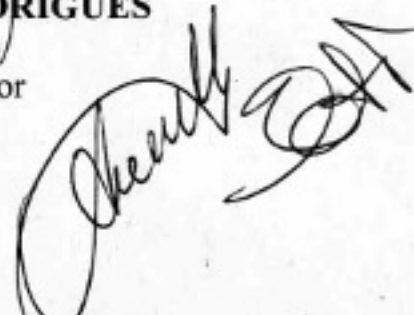
Sala das Comissões, 13 de novembro de 2012.


NELSON JUSTUS

Presidente


RASCA RODRIGUES

Relator



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 480/2012

Projeto de Lei nº 480/2012

Autor: Deputado Fernando Scanavaca

Súmula: Denomina trecho de rodovia conforme específica.

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 480/12, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca denomina rodovia Adolfo Garcia o trecho da rodovia PR 489 compreendido entre o treco da rodovia PR 485 até o Distrito de Porto Figueira, no Estado do Paraná.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 480/2012**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva homenagear o Sr Adolfo Garcia, pai do Deputado estadual Nelson Garcia que representa a cidade de Umuarama e região nesta Casa de Leis. O Sr. Adolfo nasceu no dia 09 de outubro de 1931 e faleceu no dia 27 de Junho de 1985, desempenhando trabalhos relevantes pela região.

Cumpra a nós destacar que "*Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos*", nos termos do disposto no **Art. 33-F do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

III - CONCLUSÕES

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância de tal denominação, prestando uma digna homenagem a um cidadão que em muito contribuiu com o crescimento e brilhantes idéias para o Paraná. O **Projeto de Lei 480/12** em análise desta Comissão, no que justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos para seguir tramitação.

IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, já que o projeto objetiva prestar uma homenagem digna a um cidadão que representou bravamente a região de Umuarama, trecho compreendido pela rodovia a ser denominada. Restando desta forma, evidentes razões para aprovação desta proposição.

Desta forma opto pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 480/12** em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

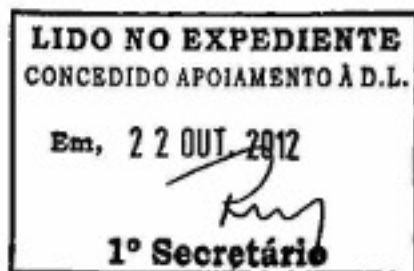
Sala das Comissões em 20 de novembro de 2012.

MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão

Ademir Bier

Relator



Projeto de lei nº 515/12

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo do Tenente sede e foro no município de Campo do Tenente no Estado do Paraná.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo do Tenente com sede e foro no município de Campo do Tenente, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2012



Tadeu Veneri
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo do Tenente vem a dois anos, prestando relevantes serviços na promoção e articulação de coes de defesa de direitos e prevenção, orientação, prestação de serviços, apoio a família, direcionadas a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade mais justa e solidaria daquela região:

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 2012.


Tadeu Veneri
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 515/2012

Projeto de Lei nº. 515/2012

Autor: Deputado Estadual Tadeu Veneri

Súmula: *Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo do Tenente, com sede e foro no Município de Campo do Tenente.*

EMENTA: *DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.*

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Tadeu Veneri, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a *Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo do Tenente, com sede e foro no Município de Campo do Tenente, Estado do Paraná.*

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a assistência social e educação, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Contudo, o Município de Campo do Tenente pertence a Comarca de Rio Negro, tomando-se necessária a Emenda Modificativa para correção do foro da Entidade.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o artigo 2º do projeto de lei ora analisado viola a **LEI COMPLEMENTAR 98/95**, tendo em vista que tal artigo determina que a Lei “entrará em vigor na data de publicação”, senão vejamos:

Art. 8º A vigência da lei será indicada de forma expressa o de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula “entra em vigor na data de sua publicação” para as leis de pequena repercussão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assim, sugere-se na **Emenda Modificativa** em anexo, com fulcro no artigo 137, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, visando sanar estes vícios supracitados.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA**.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 20 de 11 de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

APROVADO

unanimemente 20.11.12



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 515/12


Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

*"Sumula: Declara de Utilidade Pública a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo do Tenente**, com sede no Município de Campo do Tenente e foro no Município de Rio Negro".*


*"Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo do Tenente**, com sede no Município de Campo do Tenente e foro no Município de Rio Negro, neste Estado".*

"Art. 2º - Esta lei ~~entra~~ em vigor na data de sua publicação".

Sala das Comissões, em 20 de 11 de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


APROVADO

unânime 20.11.12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Kielse

CLEITON KIELSE
Deputado Estadual



PROJETO DE LEI 528/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 24 OUT. 2012

Ky
1º Secretário

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Recuperação em Dependência Química e Alcoolismo Vale do Sol, com sede em Morretes-PR.

Leandro
Município de

Vale a
Rosário Jr.

Art. 1º - Fica Declarado de Utilidade Pública Estadual Associação de Recuperação em Dependência Química e Alcoolismo Vale do Sol com sede e foro no Município de Morretes, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14 de Abril de 2012.

[Assinatura]
CLEITON KIELSE
Deputado Estadual

15:37 24/10/2012 006581 MP ASSSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Kielse



JUSTIFICATIVA

Associação de Recuperação em Dependência Química e Alcoolismo Vale do Sol, constitui-se na forma de associação civil de interesse público, sem fins lucrativos, de natureza associativa, tem os seguintes objetivos institucionais:

- 1) Associação de Recuperação em Dependência Química e Alcoolismo Vale do Sol, tem como objetivo, a defesa de pessoas consideradas dependentes químicos (drogas, álcool e outras substâncias psicoativas), no município de Morretes e região;
- 2) Promover atividades de comportem orientações, prevenção e combate à dependência química através de palestras, conferências, debates e outros meios sugeridos;
- 3) Promover sempre que necessário, qualquer outra demanda de população geograficamente excluída dessa área, desde que não altere o nível e a qualidade de seu atendimento;
- 4) Promoção e direitos às pessoas portadoras de deficiência, dos direitos da mulher e da criança, assessoria jurídica gratuita e combate a todo tipo de discriminação sexual, racial, social, trabalho forçado e infantil.

Não há dúvida de que o reconhecimento desta Associação como Utilidade Pública Estadual será muito importante para o melhor funcionamento da entidade.

Em face dos argumentos ora lançados, que julgamos de suma relevância para o Município, é que solicito o apoio aos nobres Pares desta Casa Legislativa para aprovação do presente projeto de lei.

Atenciosamente,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 528/2012

Projeto de Lei nº. 528/2012

Autor: Deputado Estadual Cleiton Kielse

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Recuperação em Dependência Química e Alcoolismo Vale do Sol, com sede e foro no Município de Morretes.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Cleiton Kielse, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Associação de Recuperação em Dependência Química e Alcoolismo Vale do Sol**, com sede e foro no Município de Morretes, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.


Sala das Comissões, em 20 de 11 de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR


APROVADO


Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico

Curitiba - Paraná
20/11



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Deputado Aníbal Khury

DL
Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº 538/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 29 OUT. 2012

1º Secretário

Súmula: Declara de Utilidade Pública
a Associação Beneficente Doutor
Hugo Dehê - ABEHD, com sede e
foro no município de
Engenheiro Beltrão.

Art. 1º - Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Doutor
Hugo Dehê - ABEHD, com sede e foro no município de Engenheiro Beltrão.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2012.

LUIZ ACCORSI

Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei em questão tem por escopo declarar de Utilidade Pública a Associação Beneficente Doutor Hugo Dehé - ABEHD, com sede e foro na cidade de Engenheiro Beltrão, PR.

A Associação Beneficente Doutor Hugo Dehé, fundada em 17 de maio de 2011, é uma entidade sem fins lucrativos, voltada à caridade e à assistência social que tem por objetivo a construção do abrigo para crianças e adolescentes das cidades de Engenheiro Beltrão, Quinta do Sol e Fênix.

Além do abrigo, a ABEHD colabora com a sociedade através da promoção da educação e da saúde, da segurança alimentar e nutricional, orientação psicológica e moral e, projetos educacionais, culturais, profissionais, de lazer e desportivos.

Face às atividades descritas e considerando que as ações da ABEHD, além de trazerem benefícios diretos à população, estão melhorando consideravelmente também a cidade de Engenheiro Beltrão e da região, justifica-se sua qualificação como entidade de utilidade pública.

Diante do exposto acima, pedimos a compreensão e o apoio dos nobres pares desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná no que tange a matéria supracitada.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 538/2012

Projeto de Lei nº. 538/2012

Autor: Deputado Estadual Luiz Accorsi

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **Associação Beneficente Dr. Hugo Dehê - Abehd**, com sede e foro no Município de Engenheiro Beltrão.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Associação Beneficente Dr. Hugo Dehê - Abehd**, com sede e foro no Município de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis,
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

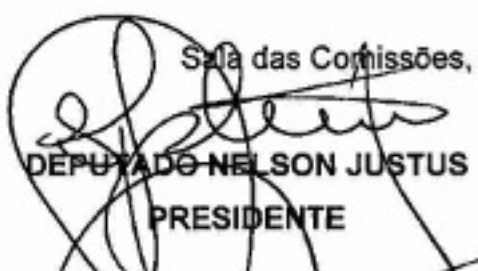
Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.


CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 20 de 11 de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


APROVADO

Regulamenta a concessão das gratificações de função e pelo exercício de encargos especiais, nos termos do art. 172, I e VIII, c/c 174 e 178, e da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, acrescenta e altera dispositivos da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, conforme especifica e adota outras providências.

Art. 1º As gratificações de função e pelo exercício de encargos especiais, de caráter transitório, nos termos dos arts. 172, I e VIII, 174 e 178, da Lei nº 6.174/1970, serão concedidas a servidores efetivos do Tribunal de Contas, nos termos desta Lei.

§ 1º As gratificações previstas no *caput* não constituirão base para incidência de contribuição previdenciária e não poderão ser cumulativas com os encargos especiais de cargo em comissão e com outras funções gratificadas.

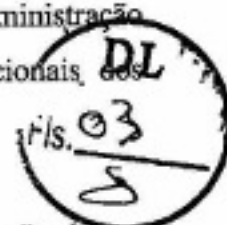
§ 2º Constitui condição para a concessão das gratificações, o exercício da carga horária mínima de 8 (oito) horas diárias de produtividade e a comprovação da aferição do cumprimento de objetivos ou atividades pelo gestor da unidade a que o servidor estiver subordinado.

Art. 2º A gratificação de função, nas quantidades e nos valores indicados na Tabela 1, do Anexo VI, serão atribuídas pelo Presidente do Tribunal, por portaria, em razão do exercício de atribuições técnicas compatíveis com as do respectivo cargo efetivo, contemplando as seguintes funções:

I - adjunto, compreendendo as atribuições de assessoramento ao Diretor, além das atribuições técnicas inerentes ao cargo e desempenhadas na unidade, e a respectiva substituição nos afastamentos eventuais e nos casos previstos nos arts. 70 a 73, da Lei nº 6174/1970;

II - coordenador de fiscalização, compreendendo as atribuições de assessoramento ao Inspetor, além da supervisão técnica das equipes de fiscalização e a respectiva substituição nos afastamentos eventuais e nos casos previstos nos arts. 70 a 73, da Lei nº 6174/1970;

III - coordenador de gabinete, compreendendo as atividades técnicas e de administração relativas ao controle de produtividade para o atingimento das metas institucionais dos Conselheiros e Auditores;



IV - gerente de unidade, compreendendo as atividades técnicas e de administração de um determinado setor ou área da unidade.

Parágrafo único. Será atribuída ao Pregoeiro a gratificação de função prevista no inciso IV.

Art. 3º A gratificação pelo exercício de encargos especiais, nos termos da Tabela 2, do Anexo VI, será concedida por portaria do Presidente, a servidor pelo desempenho das seguintes atribuições:

I - aos integrantes dos núcleos das unidades responsáveis por definir os requisitos para o desenvolvimento dos sistemas informatizados específicos de fiscalização e respectivos testes e homologações, bem como suporte aos jurisdicionados, sendo a gratificação limitada ao máximo de 6 (seis) servidores por unidade;

II - aos servidores das carreiras de analista e de técnico de controle, das áreas de segurança e de infraestrutura de Tecnologia da Informação, pela realização de plantão na área de informática, exclusivamente no período noturno, após as 18 (dezoito) horas, durante os finais de semana, feriados e recessos, limitado ao máximo de 4 (quatro) servidores;

III - aos servidores no desempenho de eventuais necessidades especiais de trabalho, nos seguintes casos:

- a) em razão de passivos ou outras demandas, mediante a devida quantificação dos trabalhos, por unidade, projeto e servidor, prazo de início e término, em período não superior a 6 (seis) meses;
- b) em razão da realização dos trabalhos de auditoria operacional, de programas co-financiados com recursos externos e as especiais, assim consideradas pela extensão e complexidade dos trabalhos, em período não superior a 4 (quatro) meses;
- c) pela participação na equipe de trabalho designada para auxiliar o relator das Contas do Governador, conforme previsto em Resolução do Tribunal, em período não superior a 6 (seis) meses.

§ 1º Será concedida ao gerente de programa, a gratificação de adjunto, prevista no inciso I, do art. 2º, mediante a constituição do programa por portaria, com objetivo e duração previamente estabelecidos.



§ 2º Será concedida ao gerente de projeto institucional, a gratificação de gerente, prevista no inciso IV, do art. 2º, mediante a constituição do projeto por portaria, com objetivo e duração previamente estabelecidos.

§ 3º Será concedida ao coordenador da equipe das contas de governo, conforme estabelecido em Resolução, à gratificação de gerente, prevista no inciso IV, do art. 2º, mediante designação por portaria, por no máximo 10 (dez) meses, de acordo com o escopo e cronograma fixados.

§ 4º Será concedida aos coordenadores das equipes de auditoria operacional, de auditoria de programas co-financiados com recursos externos e das auditorias especiais, a gratificação de gerente, prevista no inciso IV, do art. 2º, mediante a designação por portaria, por no máximo 4 (quatro) meses, de acordo com o escopo e cronograma fixados.

§ 5º Será concedida ao gerente de projeto operacional, caso comprovada a necessidade especial de jornada de trabalho, encargos especiais previstos no inciso I, do art. 3º, mediante a constituição do projeto por portaria, com objetivo e duração previamente estabelecidos.

§ 6º Durante os períodos de férias e demais afastamentos legais, não serão devidos os encargos de que tratam o art. 3º, II e III, bem como não incidirão sobre o terço de férias e o 13º salário.

§ 7º A gestão de programas e projetos, institucional e operacional, será regulamentada por Resolução.

Art. 4º A forma de aferição do cumprimento de objetivos ou atividades e de carga horária será regulamentada em Resolução.

Art. 5º Quando ocorrer substituição de ocupantes de cargos de direção, assim entendidos os cargos de diretor, inspetor, coordenador geral, controlador interno, ouvidor de contas e secretário de sessão, deverá ser observado o disposto nos arts. 70 a 73, da Lei nº 6174/1970.

Art. 6º Fica instituída a gratificação por hora-aula, conforme Anexo VII, nos termos dos arts. 172, VI c/c 179, da Lei nº 6.174/1970, ao servidor efetivo que atuar em eventos inseridos no Programa Anual de Capacitação da Escola de Gestão Pública, como facilitador da aprendizagem, na qualidade de palestrante, moderador, instrutor, tutor, orientador, coordenador técnico ou pedagógico, quando tais atividades não estiverem incluídas entre as atribuições do cargo.

§ 1º As horas-aula não poderão exceder a 4 (quatro) horas por turno.

§ 2º A gratificação será calculada em horas não excedentes a 120 (cento e vinte) horas de atividade anual, por servidor.

§ 3º A gratificação de que trata este artigo não constituirá base para a incidência de contribuição previdenciária e não incidirá sobre férias e 13º salário.

§ 4º A concessão de gratificação por hora-aula será regulamentada por Resolução.

Art. 7º O art. 3º, da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar com acréscimo do seguinte inciso:

"Art. 3º

XIII - Avaliação de desempenho - verificação sistemática do desempenho do servidor, levando-se em consideração as metas e resultados a serem alcançados, bem como outros critérios estipulados em Resolução específica, a qual propiciará a progressão funcional do servidor entre as referências e os níveis da carreira."

Art. 8º O art. 4º, II, da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º

II - vencimento e demais componentes do sistema remuneratório, fixados segundo a natureza, o grau de responsabilidade, a complexidade dos cargos e na mensuração das metas estabelecidas para a avaliação de desempenho."

Art. 9º O art. 6º, da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º A estruturação do plano com a organização em cargos, níveis e referências está definida nos Anexos I, II e III desta lei, que contêm as seguintes informações:



I - Anexo I: número de cargos de provimento efetivo, por carreira, antes e após a publicação desta lei, assim como a amplitude de suas carreiras;

II - Anexo II: nomenclatura e quantitativo de cargos de provimento em comissão anterior à vigência desta lei e a nova composição;

III - Anexo III: tabela de pontuação para efeitos de obtenção da progressão funcional entre níveis salariais, nos termos do art. 22."



Art. 10. O art. 8º, da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º

I – Cargo de Analista de Controle nas áreas: Jurídica, Contábil, Econômica, Administrativa, Atuarial, Engenharia, Estatística, Arquitetura, Ciência Política, Informática, Médica, Odontológica, Comunicação Social, Assistência Social, Biblioteconomia, Psicologia, Arquivista, Comunicação Visual, Design Gráfico e Pedagogia.

...

§ "3º Os analistas de controle originários do cargo de revisor assistente permanecerão na área de revisão até a respectiva vacância do cargo."

Art. 11. O art. 10, da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. É atribuição do cargo de Analista de Controle desenvolver atividades de planejamento, coordenação e execução relativas à fiscalização e ao controle externo da arrecadação e aplicação de recursos do Estado e dos Municípios, bem como da administração desses recursos, examinando a legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e efetividade, em seus aspectos financeiro, orçamentário, contábil, patrimonial e operacional, abrangendo, ainda, o desempenho de atividades de suporte técnico e administrativo de nível superior."

Art. 12. O art. 17, da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17.

§ 1º Caso o servidor não obtenha pontuação mínima na avaliação de desempenho, para fins de progressão por merecimento e antiguidade entre níveis e referências, após o resultado final da avaliação, a Comissão de Avaliação de Desempenho encaminhará o

processo de avaliação à Diretoria de Gestão de Pessoas para identificação das causas determinantes da avaliação insuficiente.

§ "2º Caso sejam identificadas causas não relacionadas a problemas de saúde, o processo será encaminhado ao Presidente do Tribunal com proposta de abertura de processo administrativo."



Art. 13. O art. 18, da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18.

I – sem estabilidade;

§ 2º Para efeitos de progressão na carreira será computado o período aquisitivo da estabilidade, prevista no art. 41, da Constituição Federal."

Art. 14. O art. 22, da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22. A progressão funcional, da última referência de um nível para a inicial do subsequente, será efetivada mediante a obtenção cumulativa de aprovação na avaliação de desempenho e a pontuação, nos termos do Anexo III:

§ 1º A avaliação de desempenho e as atividades desenvolvidas serão efetivadas pela Comissão de Avaliação e Desempenho com o auxílio da Diretoria de Gestão de Pessoas.

§ 2º Os cursos de graduação e pós-graduação, nas áreas descritas no art. 8º, I, deverão ser reconhecidos pelo Ministério da Educação."

Art. 15. O art. 26, da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26. Ao servidor designado por portaria da Presidência, será concedida a gratificação pelo exercício de encargos especiais, conforme regulamentado em lei específica."

Art. 16. O art. 28, da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 28. A cessão de servidores à disposição de outros órgãos ou entidades da Administração Pública do Paraná, de outros Estados, da União, de Municípios ou de organismos internacionais, mediante acordo de cooperação técnica, dar-se-á sem ônus para o Tribunal de Contas do Paraná, mediante ressarcimento."

Art. 17. A Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

“Art. 12-A. O Tribunal de Contas especificará em Resolução, as atividades pertinentes aos cargos e áreas, conforme arts. 8º, I, 10, 11 e 12.”



Art. 18. O servidor a que se refere o § 2º, do art. 15, da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, com tempo de carreira superior ao mínimo exigido para o nível e referência em que se encontre, nos termos da Tabela de Temporalidade, constante do Anexo V, será enquadrado de acordo com o tempo de serviço na carreira, apurado em 31 de dezembro de 2012 ou na data da aposentadoria, no caso de servidor inativo.

§ 1º O enquadramento será efetivado até 30 de março de 2013.

§ 2º Para efeito do cômputo de carreira do servidor será considerado o tempo efetivamente exercido em carreira de mesmo nível de escolaridade e que tenha cumprido os requisitos previstos no art. 17, da Lei nº 15.854/2008.

Art. 19. Ficam transformados 6 (seis) cargos de Coordenador, simbologia DAS-3, em 6 (seis) cargos de Diretor, simbologia DAS-2; 1 (um) cargo de Assessor Técnico da Diretoria Geral, simbologia DAS-2, em 1 (um) cargo de Secretário do Tribunal Pleno, simbologia DAS-2; 1 (um) cargo de Assessor de Gabinete da Auditoria, simbologia DAS-5, em 1 (um) cargo de Assistente Jurídico de Gabinete de Auditor, simbologia DAS-5; 1 (um) cargo de Chefe de Gabinete da Auditoria, simbologia 1-C, em 1 (um) cargo de Assistente de Gabinete da Presidência, simbologia 1-C; e 1 (um) cargo de Assessor Administrativo da Procuradoria Geral, simbologia DAS-3, em 1 (um) cargo de Secretário Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, simbologia DAS-2; conforme contido no Anexo II.

Art. 20. Ficam criados 1 (um) cargo de Ouvidor de Contas, simbologia DAS-5, 4 (quatro) cargos de Diretor, simbologia DAS-2, 7 (sete) cargos de Assessor Administrativo de Conselheiro, simbologia DAS-3, 8 (oito) cargos de Assistente Jurídico do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, simbologia DAS-5, 1 (um) cargo de Assessor Técnico de Comunicação, simbologia DAS-3, 6 (seis) cargos de Assistente Jurídico de Gabinete de Auditor, simbologia DAS-5, 7 (sete) cargos de Assessor de Gabinete de Conselheiro, simbologia DAS-5, 6 (seis) cargos de Assessor Técnico da Inspeção de Controle Externo, simbologia DAS-5, e 1 (um) cargo de Chefe de Cerimonial, simbologia DAS-5, conforme descritos no Anexo II.



Art. 21. Fica extinto 1 (um) cargo de Auxiliar de Gabinete da Auditoria, 2-C.

Art. 22. Ficam criados 40 (quarenta) cargos efetivos de Analista de Controle, conforme descrito no Anexo I, os quais serão preenchidos mediante a realização de concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecido o disposto no art. 169, da Constituição Federal e o art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000.

Art. 23. Os cargos de Técnico de Controle e de Auxiliar de Controle serão extintos na medida em que vagarem.

Parágrafo único. Os cargos em extinção do quadro de cargos e carreiras do Tribunal de Contas serão transformados em cargos de Analista de Controle, na medida em que vagarem.

Art. 24. A ajuda de custo de que tratam os arts. 182 a 188, da Lei nº 6174/1970 será regulamentada por Resolução.

Art. 25. Fica assegurado, aos servidores estáveis ocupantes dos cargos de Auxiliar de Controle, portadores de diploma de curso superior, especialização, mestrado ou doutorado em área fim, definida no art. 8º, I, reconhecido pelo Ministério da Educação, o pagamento da verba de representação no percentual de 80% (oitenta por cento), calculado sobre o vencimento básico e incorporada para fins de aposentadoria, não compondo a base de cálculo dos adicionais por tempo de serviço, conforme previsto no art. 37, XIV, da Constituição Federal.

Art. 26. Os Anexos I, II, III e IV, da Lei nº 15.854/2008, com suas posteriores alterações, passam a vigorar na forma dos Anexos I, II, III e IV, desta lei.

Art. 27. As despesas decorrentes da aplicação desta lei, relacionadas aos servidores ativos e inativos, correrão à conta da dotação orçamentária própria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e do PARANAPREVIDÊNCIA, quando couber.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2013, exceto para as nomeações dos cargos.

ANEXO I



Cargos Efetivos					
SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Nº de cargos	Carreira Nível Superior	Código Nível/Referência	Nº de cargos	Carreira Nível superior	Código Nível/Referência
408	Analista de Controle	AC-F/01 a AC-I/11	470	Analista de Controle	AC-F/01 a AC-I/11
Nº de cargos	Carreira Nível Médio	Código Nível/Referência	Nº de cargos	Carreira Nível Médio	Código Nível/Referência
135	Técnico de Controle	TC-C/01 a TC-F/11	124	Técnico de Controle	TC-C/01 a TC-F/11
Nº de cargos	Carreira Nível Fundamental	Código Nível/Referência	Nº de cargos	Carreira Nível Fundamental	Código Nível/Referência
16	Auxiliar de Controle	Aux. C-B/01 a Aux. C-D/11	05	Auxiliar de Controle	Aux. C-B/01 a Aux. C-E/11
Cargos em extinção			Nº de cargos	Carreira	Nível/Referência
Nº de cargos	Carreira	Símbolo			
8	Consultor Jurídico	I/11	8	Consultor Jurídico	I/11
22	Consultor Técnico	I/11	22	Consultor Técnico	I/11
<u>TOTAL DE CARGOS EFETIVOS</u>			<u>TOTAL DE CARGOS EFETIVOS</u>		
589			629		
Nº de Cargos de Analista de Controle após vagarem todos os cargos em transformação (art. 23): 629					

ANEXO II

DL

Fls. 11

Cargos em Comissão

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Nº de Cargos	Nome	Símbolo	Nº de Cargos	Nome	Símbolo
01	Diretor Geral	DAS-1	01	Diretor Geral	DAS-1
01	Coordenador Geral	DAS-1	01	Coordenador Geral	DAS-1
01	Controlador Interno	DAS-2	01	Controlador Interno	DAS-2
10	Diretor	DAS-2	20	Diretor	DAS-2
06	Inspetor de Controle	DAS-2	06	Inspetor de Controle	DAS-2
			01	Secretário Geral do MP/TC	DAS-2
01	Diretor de Gabinete da Presidência	DAS-2	01	Diretor de Gabinete da Presidência	DAS-2
07	Diretor de Gabinete de Conselheiro	DAS-2	07	Diretor de Gabinete de Conselheiro	DAS-2
07	Assessor Técnico de Conselheiro	DAS-2	07	Assessor Técnico de Conselheiro	DAS-2
06	Assessor de Planejamento de Inspeção	DAS-2	06	Assessor de Planejamento de Inspeção	DAS-2
01	Assessor Técnico da Presidência	DAS-2	01	Assessor Técnico da Presidência	DAS-2
01	Secretário Especial da Presidência	DAS-2	01	Secretário Especial da Presidência	DAS-2
01	Assessor de Planejamento da Presidência	DAS-2	01	Assessor de Planejamento da Presidência	DAS-2
01	Assessor Parlamentar	DAS-2	01	Assessor Parlamentar	DAS-2
01	Assessor Técnico da Diretoria Geral	DAS-2	01	Secretário do Tribunal Pleno	DAS-2
01	Assessor de Planejamento da DCE	DAS-2	01	Assessor de Planejamento da DCE	DAS-2
01	Assistente Administrativo da Presidência	DAS-2	01	Assistente Administrativo da Presidência	DAS-2
01	Assessor Administrativo da Presidência	DAS-2	01	Assessor Administrativo da Presidência	DAS-2
			01	Assessor Técnico de Comunicação	DAS-3
06	Coordenador	DAS-3			
01	Assessor de Planejamento de Diretor Geral	DAS-3	01	Assessor de Planejamento de Diretor Geral	DAS-3
01	Assessor Jurídico da Presidência	DAS-3	01	Assessor Jurídico da Presidência	DAS-3
08	Assessor Jurídico	DAS-3	08	Assessor Jurídico	DAS-3
07	Assessor Administrativo de Conselheiro	DAS-3	14	Assessor Administrativo de Conselheiro	DAS-3
01	Assessor Jurídico da Corregedoria Geral	DAS-3	01	Assessor Jurídico da Corregedoria Geral	DAS-3
02	Assessor Administrativo da Procuradoria Geral	DAS-3	01	Assessor Administrativo da Procuradoria Geral	DAS-3
02	Secretário de Câmara	DAS-3	02	Secretário de Câmara	DAS-3
01	Assessor Técnico da Coordenação Geral	DAS-4	01	Assessor Técnico da Coordenação Geral	DAS-4
07	Assistente Técnico de Conselheiro	DAS-4	07	Assistente Técnico de Conselheiro	DAS-4
			01	Ouvidor de Contas	DAS-5
01	Assessor de Gabinete da Auditoria	DAS-5	07	Assistente Jurídico de Gabinete de Auditor	DAS-5
01	Assessor de Gabinete da Procuradoria	DAS-5	01	Assessor de Gabinete da Procuradoria	DAS-5
			07	Assessor de Gabinete de Conselheiro	DAS-5
			08	Assistente Jurídico do MP/TC	DAS-5
			06	Assessor Técnico de ICE	DAS-5
			01	Chefe de Cerimonial	DAS-5
07	Oficial de Gabinete de Conselheiro	1-C	07	Oficial de Gabinete de Conselheiro	1-C
07	Auxiliar de Controle Externo	1-C	07	Auxiliar de Controle Externo	1-C
01	Assessor Técnico da Diretoria Geral	1-C	01	Assessor Técnico da Diretoria Geral	1-C
01	Chefe de Gabinete da Diretoria Geral	1-C	01	Chefe de Gabinete da Diretoria Geral	1-C
06	Oficial de Gabinete da Presidência	1-C	06	Oficial de Gabinete da Presidência	1-C
01	Assessor de Gabinete da Corregedoria Geral	1-C	01	Assessor de Gabinete da Corregedoria Geral	1-C
01	Oficial de Gabinete da Corregedoria Geral	1-C	01	Oficial de Gabinete da Corregedoria Geral	1-C
01	Chefe de Gabinete da Procuradoria	1-C	01	Chefe de Gabinete da Procuradoria	1-C
01	Chefe de Gabinete da Auditoria	1-C	01	Assistente de Gabinete da Presidência	1-C
07	Assistente Técnico de ICE	2-C	07	Assistente Técnico de ICE	2-C
07	Auxiliar de Gabinete de Conselheiro	2-C	07	Auxiliar de Gabinete de Conselheiro	2-C
06	Auxiliar de Inspeção de Controle	2-C	06	Auxiliar de Inspeção de Controle	2-C
02	Oficial de Gabinete da Diretoria Geral	2-C	02	Oficial de Gabinete da Diretoria Geral	2-C
01	Auxiliar de Gabinete da Presidência	2-C	01	Auxiliar de Gabinete da Presidência	2-C
01	Auxiliar de Diretoria	2-C	01	Auxiliar de Diretoria	2-C
01	Auxiliar de Gabinete da Auditoria	2-C			
01	Auxiliar de Gabinete da Procuradoria	2-C	01	Auxiliar de Gabinete da Procuradoria	2-C
07	Auxiliar Técnico de Conselheiro	3-C	07	Auxiliar Técnico de Conselheiro	3-C
01	Auxiliar de Gabinete da Diretoria Geral	3-C	01	Auxiliar de Gabinete da Diretoria Geral	3-C
146			186		

ANEXO III



Da pontuação para a progressão funcional entre níveis	
Nível Superior	
Atividade	Pontuação
Cursos realizados pelo TCE-PR em área fim	10 pontos a cada 40 horas de curso
Participação em Comissões de cunho administrativo ou permanentes do TCE-PR ou em projetos	01 ponto por mês de exercício
Votos de louvor	05 pontos por voto de louvor que no máximo poderá ser contado um por ano;
Exercício do cargo de Diretor, Coordenador e Inspetor	02 pontos por mês de exercício
Exercício na função de Diretor Adjunto, Coordenador, Gerente de Programa ou Gerente de unidade ou na Presidência de comissão permanente.	01 ponto por mês de exercício
Exercício na função de Gerente de projeto	01 ponto por mês de exercício
Ministrar cursos / palestras em nome do TCE-PR	0,5 pontos por hora de curso
Especialização em área fim ao TCE-PR	100 pontos por Especialização
Mestrado em área fim ao TCE-PR	250 pontos por Mestrado
Doutorado ou Pós-Doutorado em área fim ao TCE-PR	350 pontos por Doutorado ou Pós-Doutorado
Cursos externos ao TCE em área fim	05 pontos a cada 40 horas de curso
Curso de Graduação em área fim ao TCE-PR	250 pontos por curso
Curso de Graduação em outras áreas	50 pontos por curso
Nível Médio	
Atividade	Pontuação
Cursos realizados pelo TCE-PR em área fim	10 pontos a cada 40 horas de curso
Participação em Comissões de cunho administrativo ou permanentes do TCE-PR ou em projetos	01 ponto por mês de exercício
Votos de louvor	05 pontos por voto de louvor que no máximo poderá ser contado um por ano;
Exercício do cargo de Diretor, Coordenador e Inspetor.	02 pontos por mês de exercício
Exercício na função de Diretor Adjunto, Coordenador, Gerente de Programa ou Gerente de unidade ou na Presidência de comissão permanente.	01 ponto por mês de exercício
Exercício na função de Gerente de projeto	01 ponto por mês de exercício
Ministrar cursos / palestras em nome do TCE-PR	0,5 pontos por hora de curso
Especialização em área fim ao TCE-PR	100 pontos por Especialização
Cursos externos ao TCE em área fim	05 pontos a cada 40 horas de curso
Curso de Graduação em área fim ao TCE-PR	250 pontos por curso
Curso de Graduação em outras áreas	50 pontos por curso
Nível Fundamental	
Atividade	Pontuação

Cursos realizados pelo TCE-PR em área fim	10 pontos a cada 40 horas de curso
Participação em Comissões no TCE-PR	05 pontos por comissão a cada ano
Votos de louvor	05 pontos por voto de louvor que no máximo poderá ser contado um por ano;
Exercício do cargo de Diretor, Coordenador e Inspetor.	02 pontos por mês de exercício
Curso de Graduação em área fim ao TCE-PR	250 pontos por curso
Cursos externos ao TCE em área fim	05 pontos a cada 40 horas de curso
* Por área fim entendem-se as áreas afetas ao controle externo ou apoio administrativo ao controle externo.	** Os pontos excedentes remanescem na ficha funcional do servidor.
*** mês de exercício ocorre em fração igual ou superior a 15 dias.	

ANEXO IV



Tabela de vencimentos dos cargos efetivos e em comissão

Servidor Efetivo									R\$ 1,00
Referência Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I
01	2.297,21	2.693,51	3.158,18	3.702,99	4.341,73	5.090,49	5.968,44	6.901,11	8.650,51
02	2.330,70	2.732,74	3.204,18	3.756,93	4.404,97	5.164,67	6.042,62	7.044,31	8.830,01
03	2.364,64	2.772,55	3.250,87	3.811,68	4.469,15	5.239,95	6.117,84	7.190,50	9.013,25
04	2.399,09	2.812,94	3.298,22	3.867,20	4.534,29	5.316,26	6.194,17	7.339,72	9.200,30
05	2.434,04	2.853,94	3.346,30	3.923,57	4.600,31	5.393,70	6.271,64	7.492,03	9.391,22
06	2.469,52	2.895,54	3.395,03	3.980,76	4.667,34	5.472,28	6.350,24	7.647,51	9.586,11
07	2.505,50	2.937,73	3.444,51	4.038,76	4.735,34	5.551,98	6.430,02	7.806,22	9.785,04
08	2.542,02	2.980,58	3.494,74	4.097,62	4.804,33	5.632,90	6.510,91	7.968,20	9.988,09
09	2.579,11	3.024,03	3.545,71	4.157,35	4.874,33	5.714,98	6.592,93	8.133,56	10.195,38
10	2.616,66	3.068,09	3.597,34	4.217,90	4.945,34	5.798,22	6.676,18	8.302,34	10.406,94
11	2.654,79	3.112,78	3.649,76	4.279,40	5.017,39	5.882,72	6.760,67	8.474,62	10.622,91

Servidor Comissionado							R\$ 1,00
SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO	ENCARGOS ESPECIAIS	VENCIMENTO BÁSICO		REPRESENTAÇÃO DE GABINETE	TOTAL COM ENCARGOS ESPECIAIS	
			SERVIDOR COM VÍNCULO	SERVIDOR SEM VÍNCULO		SERVIDOR COM VÍNCULO	SERVIDOR SEM VÍNCULO
DAS-1		6.760,67	165,35	826,80	1.259,89	8.185,91	8.847,36
DAS-2	Diretor/Controlador- Inspetor/Secr. MP	5.968,44	145,93	729,69	1.107,60	7.221,97	7.805,73
DAS-2		5.882,72	145,93	729,69	1.107,60	7.136,25	7.720,01
DAS-3		5.472,28	136,02	680,07	1.032,24	6.640,54	7.184,59
DAS-4		4.735,34	116,30	581,54	882,66	5.734,30	6.199,54
DAS-5		4.341,73	106,38	531,88	807,27	5.255,38	5.680,88
1-C		2.693,51	68,65	343,21	201,71	2.963,87	3.238,43
2-C		2.693,51	63,40	317,00	186,29	2.943,20	3.196,80
3-C		2.693,51	58,53	292,61	171,95	2.923,99	3.158,07

ANEXO V

TABELA DE TEMPORALIDADE

(Tempo mínimo de exercício na carreira exigido para ocupar o Nível / Referência Salarial)



Cargo de Analista de Controle

Nível / Referência	Tempo Mínimo na Carreira (anos)
F / 01	Ingresso
F / 02	estágio / estabilid.
F / 03	estágio / estabilid.
F / 04	estágio / estabilid.
F / 05	estágio / estabilid.
F / 06	estágio / estabilid.
F / 07	estágio / estabilid.
F / 08	3,5
F / 09	4
F / 10	4,5
F / 11	5
G / 01	5,5
G / 02	6
G / 03	6,5
G / 04	7
G / 05	7,5
G / 06	8
G / 07	8,5
G / 08	9
G / 09	9,5
G / 10	10
G / 11	10,5
H / 01	11
H / 02	11,5
H / 03	12
H / 04	12,5
H / 05	13
H / 06	13,5
H / 07	14
H / 08	14,5
H / 09	15
H / 10	15,5
H / 11	16
I / 01	16,5
I / 02	17
I / 03	17,5
I / 04	18
I / 05	18,5
I / 06	19
I / 07	19,5
I / 08	20
I / 09	20,5
I / 10	21
I / 11	21,5

Cargo de Técnico de Controle

Nível / Referência	Tempo Mínimo na Carreira (anos)
C / 01	Ingresso
C / 02	estágio / estabilid.
C / 03	estágio / estabilid.
C / 04	estágio / estabilid.
C / 05	estágio / estabilid.
C / 06	estágio / estabilid.
C / 07	estágio / estabilid.
C / 08	3,5
C / 09	4
C / 10	4,5
C / 11	5
D / 01	5,5
D / 02	6
D / 03	6,5
D / 04	7
D / 05	7,5
D / 06	8
D / 07	8,5
D / 08	9
D / 09	9,5
D / 10	10
D / 11	10,5
E / 01	11
E / 02	11,5
E / 03	12
E / 04	12,5
E / 05	13
E / 06	13,5
E / 07	14
E / 08	14,5
E / 09	15
E / 10	15,5
E / 11	16
F / 01	16,5
F / 02	17
F / 03	17,5
F / 04	18
F / 05	18,5
F / 06	19
F / 07	19,5
F / 08	20
F / 09	20,5
F / 10	21
F / 11	21,5

Cargo de Auxiliar de Controle

Nível / Referência	Tempo Mínimo na Carreira (anos)
B / 01	Ingresso
B / 02	estágio / estabilid.
B / 03	estágio / estabilid.
B / 04	estágio / estabilid.
B / 05	estágio / estabilid.
B / 06	estágio / estabilid.
B / 07	estágio / estabilid.
B / 08	3,5
B / 09	4
B / 10	4,5
B / 11	5
C / 01	5,5
C / 02	6
C / 03	6,5
C / 04	7
C / 05	7,5
C / 06	8
C / 07	8,5
C / 08	9
C / 09	9,5
C / 10	10
C / 11	10,5
D / 01	11
D / 02	11,5
D / 03	12
D / 04	12,5
D / 05	13
D / 06	13,5
D / 07	14
D / 08	14,5
D / 09	15
D / 10	15,5
D / 11	16
E / 01	16,5
E / 02	17
E / 03	17,5
E / 04	18
E / 05	18,5
E / 06	19
E / 07	19,5
E / 08	20
E / 09	20,5
E / 10	21
E / 11	21,5

ANEXO VI



Tabelas de valores das Gratificações de função e pelo exercício de encargos especiais de que tratam os artigos 1º, 2º e 3º

TABELA 01 - Gratificações de Função

<u>Qtde.</u>	<u>Função</u>	<u>Valor Mensal</u>
18	Adjunto	R\$ 3.917,60
06	Coordenador de Fiscalização	R\$ 3.917,60
117	Gerente de Unidade	R\$ 2.238,63
13	Coordenador de Gabinete	R\$ 2.238,63
02	Pregoeiro	R\$ 2.238,63

TABELA 02 - Gratificação pelo exercício de encargos especiais

<u>Atividade</u>	<u>Valor Mensal</u>
Núcleos / Plantão / Ger. Op.	R\$ 1.678,97
Art. 3º, III, a, b, c	R\$ 1.119,32

ANEXO VII

Gratificação por hora-aula



<u>Função</u>	<u>Valor Mensal</u>
Doutor	R\$ 152,33 / hora
Mestre	R\$ 138,48 / hora
Especialista	R\$ 124,63 / hora
Graduado	R\$ 110,78 / hora
Nível Médio	R\$ 96,93 / hora

A handwritten signature or mark located in the bottom right area of the page.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS



O presente anteprojeto de lei propõe adequações na Lei nº 15.854/08, que instituiu o plano de cargos e carreiras dos servidores do Tribunal de Contas e o disciplinamento de dispositivos da Lei nº 6.174/70 - Estatuto dos Servidores Cíveis do Paraná, relativamente aos institutos das gratificações de função, pelo exercício de encargos especiais e pela realização de trabalho relevante, técnico ou científico. Igualmente, prevê novas ferramentas de gestão funcional e cria e transforma cargos efetivos e em comissão.

As adequações ora propostas decorrem, em grande parte, da implantação de novas atividades e estruturas no âmbito dos trabalhos desenvolvidos pelo Tribunal, oriundas da necessidade de aperfeiçoamento de sua estrutura de fiscalização e também a administrativa.

Das modificações no plano de cargos e carreiras dos servidores, essa proposta prevê o aperfeiçoamento nos processos de avaliação de desempenho e de progressão funcional, agregando maior clareza na definição das atribuições funcionais, mediante a instituição de critérios mais objetivos, assim como novos instrumentos, de modo a prover a administração de ferramentas que permitam acompanhar a evolução e o aprimoramento no exercício das atribuições dos servidores.

Ainda nesse contexto, propõe-se a previsão do cômputo do período aquisitivo da estabilidade, harmonizando tal prática com o adotado pelos demais quadros de cargos e carreiras do Estado. Isto resultará na redução do tempo mínimo para um servidor percorrer a carreira, dos atuais 23,5 anos, para 21,5 anos.

Outra adequação do plano de carreiras é a contagem efetiva do tempo na carreira atual do servidor para efeito de enquadramento, visto que, por questões de ordem orçamentária, houve um represamento daqueles servidores com excedente de tempo (§ 2º, do art. 15, da Lei nº 15.854/2008).

Da unificação dos cargos dentro de uma mesma carreira que possuíam o mesmo nível profissional, fixada nos termos da Lei nº 15.854/08, decorreram situações dissonantes entre remunerações de servidores sujeitos às mesmas atribuições, decorrentes exclusivamente da contagem do tempo na carreira, razão pela qual o presente projeto também propõe um ajuste no enquadramento disposto naquela lei, permitindo a contagem conjunta de tempo dos cargos de mesmo nível de escolaridade.

Também é proposta uma revisão das áreas necessárias ao exercício do controle externo, com vistas a uma maior profissionalização das atividades técnicas, como por

exemplo, a participação de médicos nas auditorias relacionadas à área da saúde e de pedagogos na área da educação.

O último ponto que esse anteprojeto traz relativamente ao quadro de servidores, é a extensão da Verba de Representação à carreira de nível fundamental, como forma de estímulo ao estudo é ao aperfeiçoamento. O mesmo estímulo foi adotado para os servidores da carreira de nível médio e trouxe resultados positivos.

Com relação ao disciplinamento de dispositivos do Estatuto dos Servidores Cíveis do Estado (Lei 6.174/70), esse anteprojeto traz, no âmbito do Tribunal de Contas, as gratificações de função, pelo exercício de encargos especiais e pela realização de trabalho relevante, técnico ou científico, previstas no art. 172.

A gratificação de função objetiva atribuir funções e responsabilidades no âmbito das unidades do Tribunal, o que permitirá uma melhor avaliação e gestão dos resultados, pois possibilitará a divisão das competências regimentais de cada unidade, entre tais funções.

Quanto à gratificação pelo exercício de encargos especiais, o objetivo é trazer uma melhor parametrização do permissivo legal contido no art. 172, VIII, do Estatuto dos Servidores, fixando as hipóteses de cabimento dentro de seu quadro, nas situações que demandam atividades diferenciadas, durante um período restrito de tempo, como é o caso do programa de fiscalização das obras para a Copa do Mundo, a realização de auditorias operacionais, o gerenciamento de programas e projetos, entre outros, desde que comprovadamente requeiram atividades mais complexas e com prazos curtos de execução, entre outros requisitos.

No tocante à gratificação pela realização de trabalho relevante, técnico ou científico, o objetivo é permitir que o Tribunal, através de seus servidores, consolide e amplie as atividades de capacitação e orientação continuada dos órgãos jurisdicionados e de seus próprios servidores, remunerando a hora-aula, a partir de parâmetros de aplicação fixados nesse anteprojeto e em Resolução específica.

Finalmente, o anteprojeto prevê a aplicação das regras de substituição dos cargos de direção na forma dos arts. 70 a 73, da Lei nº 6174/70.

O último ponto previsto nesse anteprojeto é a criação, transformação e extinção de cargos, que tem o propósito, trazer diversos avanços para a administração do Tribunal, permitindo ampliar, aperfeiçoar e profissionalizar a sua atuação, assim como organizar melhor suas atividades internas. Decorre do acréscimo substancial dos trabalhos demandados da própria sociedade, provocados pela sua própria atuação, na forma dos Planos Anuais de Fiscalização, e pela legislação recente que trata do acesso à informação e da transparência, com reflexos em suas áreas internas e em sua atuação externa.

Nesse sentido, prevê-se a transformação dos cargos de Coordenação em de Direção, visando uniformizar a estrutura administrativa do tribunal, passando sua composição ser feita apenas de Diretorias. As demais transformações de cargos são ajustes nas estruturas internas do Tribunal em face das melhorias trazidas por este anteprojeto de lei.

Além disto, está sendo proposta a criação de cargos de direção para as áreas de controle de atos de pessoal, para a Escola de Gestão Pública, licitações e contratos e de informações estratégicas. As três primeiras atualmente correspondem a serviços há tempos instituídos, no entanto, carentes de estruturação formal. A última - de informações estratégicas - trata-se de uma inovação no âmbito do Tribunal. Será responsável pela geração de informações de controle externo, além de possibilitar a integração com os demais serviços correlatos no âmbito do aparelhamento estatal da União e dos Estados.

Da mesma forma, cria o cargo de Ouvidor de Contas, necessidade advinda com a Lei Orgânica de 2005. As demais propostas de criação e extinção de cargos em comissão buscam respaldar as atividades dos membros deste Tribunal, decorrente do acréscimo de suas atribuições.

Paralelamente propõe-se a criação de novos cargos efetivos de nível superior e transforma os cargos de nível médio, fundamental e os demais cargos em extinção, em cargos de analista de controle, na medida em que vagarem. Tal opção encontra amparo na premência pela ampliação do quadro de servidores de nível superior, em face do incremento das atividades de controle externo e das crescentes inovações no âmbito da administração pública, bem como no uso ostensivo de ferramentas de informática, que, em contrapartida, reduzem a necessidade de pessoal com menor qualificação profissional.

A presente proposta, se convertida em lei, balizará relevantes modificações na atuação do Tribunal, criando mecanismos que o preparará para enfrentar as crescentes exigências sociais e legais.



MEMÓRIAS E IMPACTOS FINANCEIROS



O impacto orçamentário e financeiro do Anteprojeto de Lei em comento, observadas as disposições legais, será suportado integralmente pelo orçamento próprio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e suas disponibilidades financeiras, e importará, em um acréscimo de:

- R\$ 1.665.083,00 / mês (um milhão, seiscentos e sessenta e cinco mil e oitenta e três reais).
- R\$ 22.130.632,00 / ano (vinte e dois milhões, cento e trinta mil, seiscentos e trinta e dois reais).

Na tabela 1 são apresentados o histórico da despesa total com pessoal deste Tribunal e a projeção de gastos no exercício de 2013, assim como nos dois exercícios subsequentes, em comparação ao limite de gasto total possível, segundo as disposições da LC 101/2000, que têm por base a Receita Corrente Líquida (RCL):

Tabela 1.

Evolução da Despesa Total com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida – 2009 a 2015.

Elemento	Em R\$ mil						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Despesa Total Pessoal	136.924	148.741	178.019	195.614	235.845	249.602	264.667
Receita Corr. Líquida*	16.512.268	16.956.101	19.713.389	21.433.950	23.577.345	25.935.080	28.528.587
Limite (% da RCL)	0,83	0,88	0,90	0,91	1,00	0,96	0,93

Notas: * No cálculo da RCL entre 2013 e 2015 foi adotada variação de 10% ao ano, conforme histórico recente.

Observa-se que o percentual da despesa com pessoal em relação à RCL atinge o pico de crescimento em 2013 (1,00%), iniciando trajetória descendente nos exercícios subsequentes. É importante enfatizar que esse crescimento também ocorre por outros motivos, tais como a inclusão da contribuição patronal que acresce a despesa com pessoal em aproximadamente R\$ 11,3 milhões, R\$ 12,5 milhões e R\$ 13,9 milhões em 2013, 2014 e 2015, respectivamente. Sem o impacto desse item o percentual se manteria em 0,95%, 0,91% e 0,88% no mesmo período.

Tabela 2.

Evolução da Despesa Proposta – Projeção 2013 – 2015



Em Reais

	Valores 2012	Projeção 2013	Projeção 2014	Projeção 2015
Receita Corrente Líquida*	21.433.950.000	23.577.345.000	25.935.080.000	28.528.587.000
Folha de Pagamento/Mês	14.765.357	18.385.405	19.509.848	20.775.999
Acréscimo/Mês	-	1.665.083	1.773.313	1.888.578
Acréscimo/Ano	-	22.130.632	23.569.123	25.101.116
Folha de Pagamento/Ano	195.613.590	235.844.995	249.602.259	264.667.067
Despesa de Pessoal % RCL	0,91%	1,00%	0,96%	0,93%

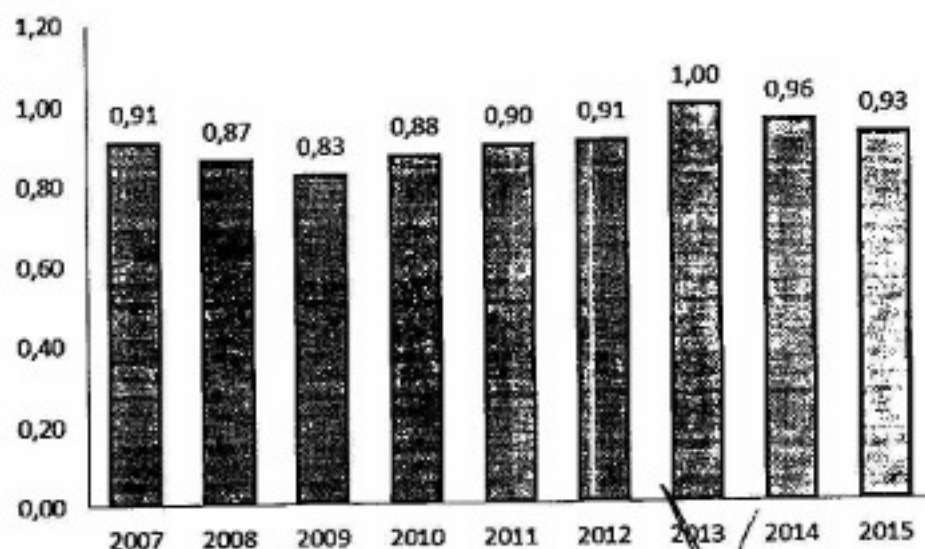
Nota: * RCL Prevista.

O percentual de comprometimento da despesa de pessoal sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) para o exercício de 2013 e os dois subsequentes são apresentados no gráfico 1, em atendimento ao preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o percentual gasto nos anos anteriores.

Gráfico 1.

Limite de Despesa de Pessoal (% RCL)

Gráfico 1. Limite de Despesa de Pessoal (% RCL)



Fonte: Elaboração própria

A Lei de Responsabilidade Fiscal fixa o limite máximo para as despesas de pessoal (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) em 1,36% da RCL, tendo como limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF), 1,29%. Ambos são plenamente atendidos. Abaixo, o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 2º quadrimestre de 2012 – setembro de 2011 a agosto de 2012.

ESTADO DO PARANÁ - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2011 A AGOSTO DE 2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (setembro/2011 a agosto/2012)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	225.975.930,42	37.132.347,88
Pessoal Ativo	153.412.090,12	21.835.773,10
Pessoal Inativo e Pensionistas*	72.562.940,30	15.296.474,88
Outras despesas de pessoal decorrentes do contrato de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	39.709.063,52	36.978.062,38
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	39.709.063,52	36.978.062,38
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (II) = (II) - (II)	186.266.846,90	154.195,60
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (I) + (II)	245.682.777,32	154.195,60
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)**	21.394.805.043,13	
% DO DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,87%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 1,36%	290.969.348,59	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,29%	275.992.985,00	

PONTO

Restos a Pagar/SFPA: Despesa de Pessoal: 514-410 Valor Liquidado; Restos a Pagar: 514-220

* Os Pensionistas não foram incluídos na base de cálculo para despesas de pessoal em virtude do item estar em discussão tendo em vista a especificidade da PARANATEVEDENÇA.

** RCL: Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA/SEFANET, conforme Receita Corrente Líquida provisória obtida em 24/09/2012.

Nota 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega de material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do

exercício, por força do art. 35, inciso I da Lei 4.320/64.

Nota 2: Os valores das despesas executadas inscritas em restos a pagar não processados em dez/2011 se repetem no 1º e 2º quadrimestres conforme Portaria nº 407, de 20 de junho de 2011 que aprovou a 4ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).

Encontra-se anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.012, de 14/12/2011), e compatibilidade com o Plano Plurianual 2012 – 2015 (Lei Estadual nº 17.013, de 14/12/2011) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Estadual nº 16.889/11).

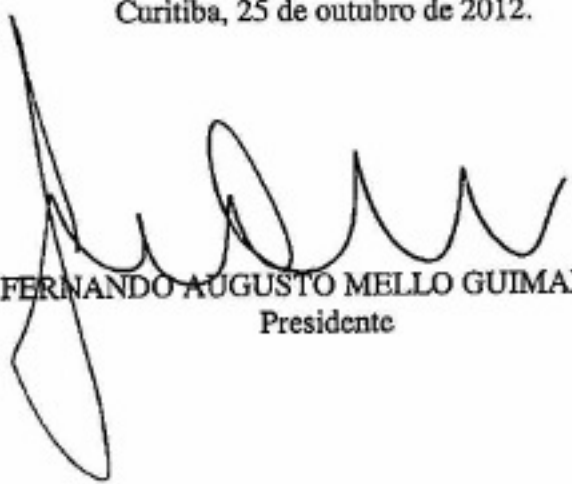
DECLARAÇÃO



Eu, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, CPF nº 317.173.149-53, Presidente do TCE/PR, eleito em sessão ordinária nº 45, de 09/12/2010, publicada no AOTC nº 281, de 07/01/2011, na qualidade de ordenador de despesa do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR declaro que o aumento de despesa com pessoal decorrente da regulamentação da concessão das gratificações de função e pelo exercício de encargos especiais, nos termos do art. 172, I e VIII, c/c 174 e 178, e da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, da alteração dos dispositivos da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, e da criação e transformação de cargos, tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.012/11) e compatibilidade com o Plano Plurianual 2012/2015 (Lei Estadual nº 17.013/11) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Estadual nº 16.889/11), bem como preenche os requisitos exigidos na Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, especialmente quanto às normas dos artigos. 16 e 17.

Declaro, ainda, que a referida despesa não excede o limite de gastos com pessoal previsto no artigo 20 da Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000.

Curitiba, 25 de outubro de 2012.



FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

DL
Fis. 25

Ofício nº 414/12/OIN-GP

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.
Em, 05 NOV 2012
[Assinatura]
1º Secretário

Curitiba, 29 de outubro de 2012.

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.

Em 05/12/2012

[Assinatura]
Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para a superior deliberação dessa Casa de Leis, o anexo Anteprojeto de Lei, que dispõe sobre a concessão das gratificações de função e pelo exercício de encargos especiais, nos termos do art. 172, I e VIII, c/c 174 e 178, e da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, acrescenta e alteram dispositivos da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, e cria e transforma cargos do quadro de pessoal, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Certo do acolhimento da proposição, diante da imprescindibilidade desta matéria para esta Corte, aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência meu profundo respeito.

Atenciosamente,

[Assinatura]
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

Exmo. Senhor Presidente
Deputado **VALDIR ROSSONI**
Assembleia Legislativa do Paraná
Praça Nossa Senhora da Salette, s/nº - Centro Cívico
CURITIBA - PR
80530-911

/fms

14:33 05/11/2012 006812 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 548/12

Projeto de Lei nº. 548/12
Autor: Tribunal de Contas.

Súmula: Regulamenta a concessão das gratificações de função e pelo exercício de encargos especiais, nos termos do art. 172, I e VIII, c/c 174 e 178, e da Lei n.º. 6.174, de 16 de novembro de 1970, acrescenta e altera dispositivos da Lei n.º. 15.854, de 16 de junho de 2008, conforme especifica e adota outras providências.

EMENTA: REGULAMENTA A CONCESSÃO DAS GRATIFICAÇÕES DE FUNÇÃO E PELO EXERCÍCIO DE ENCARGOS ESPECIAIS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE CONTAS. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 77 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LEI COMPLEMENTAR 113 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2005. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Contas visa regulamentar a concessão das gratificações de função e pelo exercício de encargos especiais.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a competência do Tribunal de Contas, temos o que segue, conforme **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO PARANÁ**, senão vejamos:

Art. 77. O Tribunal de Contas, integrado por sete conselheiros, tem sede na Capital do Estado, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 101 desta Constituição. (vide ADIN 2309-8) (vide ADIN 1190-1)

O tribunal possui seu Regimento Interno, que normatiza as questões internas, que segue:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º O Tribunal de Contas do Estado, órgão constitucional de controle externo, integrado por 7 (sete) Conselheiros e com sede na Capital do Estado e jurisdição em todo o território do Estado do Paraná, tem sua competência definida nas Constituições Federal e Estadual e em sua Lei Complementar n.º 113, de 15 de dezembro de 2005.

Para gerir a sua administração interna, o Tribunal de Contas do Paraná possui sua Lei Orgânica própria, a qual foi criada pela Lei Complementar 113 de 15 de Dezembro de 2005.

Seguindo, temos no artigo 2º, Inciso V, a competência do Tribunal de Contas em propor a Assembleia Legislativa à regulamentação da concessão das gratificações de função e pelo exercício de encargos especiais, senão vejamos:

Art. 2º Ao Tribunal de Contas é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, competindo-lhe, especialmente:

V – propor à Assembléia Legislativa a criação, a transformação ou a extinção de cargos e funções de seu Quadro de Pessoal e a fixação dos respectivos vencimentos; (Grifos Nossos).

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Contas** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.012/11), compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012-2015 (Lei Estadual nº 17.013/11) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Estadual nº 16.889/11).

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Contas detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 13 de Novembro de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
Relator

APROVADO
unânime 19.11.12

Am. Am



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

DL
Fls. 36
58

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 548/12

O Plano de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Contas – Ofício nº 414/12 que regulamenta a concessão das gratificações de função e pelo exercício de encargos especiais, nos termos do art. 172, I e VIII, combinado com o 174 e 178, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, acrescenta e altera dispositivos da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, conforme especifica e adota outras providências.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator, exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa.

Em relação ao impacto orçamentário-financeiro a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei, serão suportadas integralmente pelo orçamento próprio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e suas disponibilidades financeiras, e importará em um acréscimo de R\$1.665.083,00/mês (um milhão, seiscentos e sessenta e cinco mil e oitenta e três reais); e R\$22.130.632,00/ano (vinte e dois milhões, cento e trinta mil, seiscentos e trinta e dois reais).

De igual modo, é salutar observar que a proposta vem acompanhada da Declaração do Presidente do Tribunal de Contas, Senhor Fernando Augusto Mello Guimarães, informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011 e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 16.889/11,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

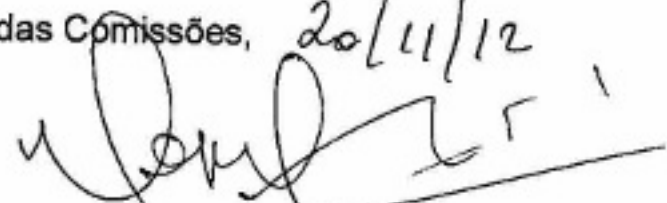
bem como atende a Lei Complementar Federal nº 101/00, especialmente quanto às normas contidas nos arts. 16 e 17.

Sendo assim, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

20/11/12


DEPUTADO WALDYR PUGLIESI
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMIR BIER
RELATOR







Estado do Paraná

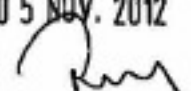
PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



PROJETO DE LEI Nº 549 /2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 05 NOV. 2012



1º Secretário

Súmula: Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO LAPEANA DE VEÍCULOS ANTIGOS com sede e foro no município da LAPA.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO LAPEANA DE VEÍCULOS ANTIGOS com sede e foro no município da LAPA..

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de novembro de 2012.


PEDRO LUPION
Deputado Estadual

1439 05/11/2012 08:08:21 DEP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

PEDRO LUPION
DEPUTADO ESTADUAL

Praça Nossa Senhora da Salete s/n, Gabinete 808, Centro Cívico, Curitiba, Paraná |
Fone (fax): 41 3350 4006 | www.pedrolupion.com.br | dep.pedrolupion@gmail.com.



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



JUSTIFICATIVA

A ASSOCIAÇÃO LAOEANA DE VEÍCULOS foi instituída no dia 17/03/2009, conforme se verifica na inclusa certidão de Inscrição e de Situação Cadastral, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 10.709.613/0001-56, tendo como nome empresarial LAPA CLUBE DE VEÍCULOS ANTIGOS.

Conforme se denota do incluso Estatuto Social se trata de uma sociedade civil sem fins lucrativos com a finalidade de: (i) Reunir, incentivar e organizar os associados e demais convidados para lutarem em defesa de seus interesses coletivos; (ii) Lutar em defesa dos interesses da entidade e de seus associados; (iii) Lutar pela manutenção do Antigomobilismo com um todo, unindo forças para conquistas populares do mesmo e necessárias para o integral desenvolvimento do ser humano; (iv) Atuar em defesa de todos os associados, auxiliar e desenvolver programas de desenvolvimento de conservação dos mesmos; (v) Unir-se a outras entidades e movimentos em defesa dos direitos de cidadania e na luta pelo direito de ir e vir; (vi) Realizar publicação, veiculação e distribuição de jornais e boletins, bem como outras cartilhas e informativos de seus interesses.



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Ainda insta mencionar que os objetivos da associação é promover encontros de proprietários de veículos antigos, e por consequência aumentando o fluxo de pessoas no município da Lapa, promovendo o turismo local mais atrativo e variado, divulgando assim as belezas naturais, história e demais atrativos do município.

Por fim, se releva o fato da mencionada associação já ter sido declarada de utilidade pública pela Câmara Municipal da Lapa, conforme a Lei Municipal nº 2512/2010.

Em relação a documentação exigida pela legislação estadual, para a declaração de utilidade pública da instituição, acosta-se ao presente: (i) Estatuto Social, comprovando que a entidade não tem fins lucrativos (artigo 1º, inciso III¹ da Lei Estadual nº

¹ Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

III – que a entidade não tenha fins lucrativos e em seu estatuto social conste sua natureza jurídica, sua finalidade, sua missão, seus objetivos e que não distribui lucros, excedentes operacionais, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do respectivo objetivo social;

IV – que acoste declaração, reconhecida em cartório, de que seus membros não são remunerados e que os serviços que prestam são de relevante interesse público;



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



1688/2011); (ii) declaração, reconhecida em cartório, de que seus membros não são remunerados (art. 1º, inciso IV² da Lei Estadual nº 1688/2011); (iii) certidões negativas; (iv) fotocópia da Lei Municipal do Município da Lapa nº 2512/2010; (v) Demais documentos explicativos em relação às atividades da associação.

Pelo exposto, requiero o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente.

V – que conste em seu estatuto gestão administrativa e patrimonial que garantam e preservem o interesse público e em caso de dissolução e devida destinação do patrimônio a entidade sem fins lucrativos;

VI – que conste documento contábil que ateste a regularidade da instituição junto à Receita Federal e certidão do Tribunal de Contas do Paraná, quando for o caso.

VII – declaração do presidente da entidade quanto ao recebimento presente ou passado de repasse de recursos públicos sejam eles municipais, estaduais, federais ou de ctes internacionais.

§ 1º As entidades de cunho de assistência social, deverão comprovar a inscrição junto ao Conselho Municipal de Assistência Social ou Conselho Estadual de Assistência Social.

§ 2º As demais entidades deverão apresentar declaração de órgão público municipal, na pessoa de seu titular, que prestam serviço relevante à comunidade local e qual sua área de atuação, exceto quando já tenham título de utilidade pública municipal.

² V. nota 1



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 549/2012

Projeto de Lei nº. 549/2012

Autor: Deputado Estadual Pedro Lupion

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação Lapeana de Veículos Antigos, com sede e foro no Município da Lapa.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Pedro Lupion, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Associação Lapeana de Veículos Antigos**, com sede e foro no Município da Lapa, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a cultura, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.


Sala das Comissões, em 20 de 11 de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA

RELATOR


APROVADO

20.11